

## Quem disse ?

«A UE precisa de reforçar a coesão social, definindo projectos claros e pondo em prática políticas eficazes de combate à pobreza e desemprego»

Alfredo Barroso  
Expresso, 29 de Maio

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1022 3 JUNHO 1999 100\$ - 0,5 €

# ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Mais de 370 mil pessoas beneficiadas

### Pensões voltam a aumentar

O Governo acaba de tomar mais uma medida com um forte carácter de justiça social e que contribuirá para melhorar o nível de vida de muitos cidadãos com baixos rendimentos. Trata-se do segundo aumento extraordinário das pensões de velhice e de invalidez e que, segundo dados do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, deverá abranger mais de 370 mil pessoas do regime geral. - cerca de cem mil são reformadas por invalidez e 270 mil por velhice.

Com esta medida tomada pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Ferro Rodrigues eliminaram-se em definitivo a existência de reformados do regime geral com pensões mínimas de velhice e de invalidez inferiores ao salário mínimo nacional. A partir de agora, desde que um cidadão possua uma carreira contributiva completa, terá de receber no mínimo um valor equivalente a 61300 escudos líquidos, seja qual for o montante da pensão que antes auferia.

De acordo com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, a metodologia do aumento das pensões baseia-se na articularção do número de anos de desconto e na necessidade de equiparar estas pensões ao salário mínimo nacional. Por esta portaria, os cerca de 370 cidadãos beneficiados vão ter aumentos percentuais de actualização das pensões entre 65 por cento e cem por cento do salário mínimo nacional.

Entretanto, o primeiro-ministro está hoje em Colónia (Alemanha) em mais uma reunião do Conselho Europeu, onde irá propor que Portugal organize uma cimeira extraordinária destinada à questão do emprego. Essa cimeira, segundo a proposta de António Guterres, deverá ocorrer durante a presidência portuguesa da União Europeia, entre Janeiro e Junho do ano 2000. Com esta ideia, o Governo socialista português demonstra perante os seus parceiros comunitários uma elevada preocupação com as políticas sociais. Recorde-se que António Guterres, na cimeira de Madrid de 1995, foi o primeiro chefe do Governo a defender a perspectiva de que a luta contra o desemprego deverá ser prioritária.

## PS FAZ CAMPANHA PELA POSITIVA E COM PEDAGOGIA VOTAÇÃO MACIÇA EM SOARES É DAR FORÇA A PORTUGAL

Ao longo da presente campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, António Guterres tem apresentado três grandes motivos para que os portugueses votem maciçamente na lista do PS: é preciso que exista uma maioria socialista em Estrasburgo para defender a Europa social, do emprego e continuar a aposta no aprofundamento da união política; porque a lista do PS tem maior qualidade e melhor conhecimento dos «dossiers» comunitários do que as restantes, cujas cabeças-de-lista vivem num clima de obsessão em relação à candidatura europeia de Mário Soares; e porque dar força a Mário Soares em Portugal, é dar mais força a Portugal na Europa e mais força à Europa no mundo.



### Sociedade & País

#### Maria de Belém apresentou Estratégia 1998-2002



Saúde, um compromisso» é o nome da «Estratégia de saúde para o virar do século», apresentada, no passado dia 26, em Lisboa, pela titular da pasta, Maria de Belém.

A estratégia do sector até 2002 apresenta como prioritárias as áreas de saúde reprodutiva, as crianças e adolescentes e os idosos.

Em conferência de Imprensa, Maria de Belém salientou os aspectos que considerou mais significativos do documento, o qual abrange os anos entre 1998 e 2002.

### Sociedade & País

#### Fogos Estado apoia equipas privadas de sapadores



A ideia da formação de equipas de sapadores florestais para proteger as propriedades de particulares e da criação de emprego por parte da iniciativa privada com um apoio estatal de 85 por cento dos investimentos foi lançada pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara, no passado dia 28 de Maio, em Coimbra.

As primeiras 50 equipas de sapadores florestais estão a receber formação e representam um dos reforços dos meios de combate aos incêndios este ano, afirmou Vara.



## Todos somos simultaneamente portugueses e europeus

As eleições europeias são por tradição o acto eleitoral menos concorrido, mas isso não é motivo para o desinteresse dos portugueses. As presentes eleições de 13 de Junho são, porventura, as mais importantes de todas as que já ocorreram desde que Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia. E, são tão importantes porque, pela primeira vez, Portugal está em condições para poder vir a presidir ao Parlamento Europeu. Nestas circunstâncias está Mário Soares, o único português candidato a eurodeputado com conhecimento e experiência europeia capaz de ocupar com dignidade e elevação este lugar de enorme prestígio para Portugal e para todos os portugueses. Obviamente que não serão os portugueses a elegerem directamente Mário Soares para a presidência do Parlamento Europeu, mas uma massiva votação no Partido Socialista, dará um acréscimo substancial de peso e de importância à candidatura portuguesa. Se por si só este facto é mais que razoável para apelar ao voto em Mário Soares e no Partido Socialista, acresce ainda que com as alterações introduzidas ao Tratado de Amsterdão, o Parlamento Europeu vê as suas competências reforçadas pelo que as suas decisões irão cada vez mais interagir directamente com a vida de todos os cidadãos europeus. O Parlamento Europeu é um órgão extremamente importante e isso percebe-se com facilidade quando se sabe que todos os seus deputados são eleitos directamente pelos cidadãos da União Europeia, também por isso a participação eleitoral é fundamental para dar força àqueles que nos vão representar. Defensor de uma Europa avançada não só económica e financeiramente, mas também em termos culturais, educacionais e sociais, Mário Soares, acredita que os problemas comuns a todos os países da comunidade são muito mais facilmente resolvidos quando enfrentados numa perspectiva internacional. A importância da Europa no desenvolvimento do nosso país é hoje factor que ninguém contesta. A importante vitória que António Guterres obteve na negociação da Agenda 2000, com a garantia de aumento de fundos comunitários até 2006, é factor estabilizador e garante do desenvolvimento económico e social do nosso país. Neste contexto a importância de: uma Europa cada vez mais desenvolvida economicamente e socialmente; uma Europa competitiva mas que dê prioridade ao emprego, à formação e à educação; uma Europa da cidadania, que trate a cultura como um bem de primeira necessidade, é fundamental para o desenvolvimento harmonioso deste espaço a que todos pertencemos, por isso é importante votar em deputados que conheçam os problemas europeus e que estejam no centro das decisões.



## PEDRO COELHO PERSPECTIVA FIM DA AD

Sob o pano de fundo do crepúsculo do Governo AD, a edição de 4 de Junho de 1981 estava repleta de motivos de interesse.

Numa entrevista publicada na página 5, com chamada de primeira página, o camarada Pedro Coelho, dirigente nacional do PS, falava da actualidade política nacional e internacional.

Clarividente, o camarada Pedro Coelho afirmava: «Cada vez me parece mais evidente o descrédito popular da coligação conservadora da AD (PSD e CDS), bem como a sua incapacidade para arrancar o País do atraso económico, social e cultural em que se encontra, relativamente aos padrões dos países desenvolvidos.» Numa outra entrevista, o camarada José Niza abordava a lei de protecção à música portuguesa, de que foi um dos grandes impulsionadores.

Destaque ainda para a notícia da eleição do camarada Gustavo Soromenho, co-fundador do PS e grande referência moral e política de todos os socialistas, para a Comissão Nacional de Conflitos do PS.

J. C. C. B.

4 de Junho

Quem disse?

«A vitória do socialismo democrático em França, que também ocorreu em Maio, representa uma grande esperança para a Europa e para o Mundo»

Pedro Coelho



## Defesa

### Jaime Gama sucede a Veiga Simão

O primeiro-ministro, António Guterres, anunciou na passada sexta-feira, dia 28, a saída de uma audiência com o Presidente da República, que aceitou a demissão do ministro da Defesa Veiga Simão e que Jaime Gama é o seu sucessor na pasta. Jaime Gama acumulará assim a pasta dos Negócios Estrangeiros com a pasta da De-

fesa, mantendo José Penedos nas funções de secretário de Estado da Defesa. António Guterres salientou ser agora «importante» que «a Assembleia da República tire todas as conclusões» do episódio que levou à demissão de Veiga Simão para «manter o clima de confiança» institucional.

## Juventude: Novo Programa

### «Viagens na Minha Terra» para dois mil estudantes

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, apresentou no Dia Mundial da Criança, em Évora, o programa «Viagens na Minha Terra», que pretende dar a conhecer aos estudantes o riquíssimo património natural e cultural do nosso país.

A iniciativa vai permitir que mais de dois mil jovens, dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico, possam conhecer outras realidades do País.

Envolvendo 40 escolas que integram os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), as visitas têm a duração de dois dias, com alojamento e ali-

mentação gratuitas nas Pousadas de Juventude da Rede Nacional de Turismo Juvenil.

Os estudantes terão ao seu dispor roteiros turísticos e culturais, de forma a poderem desenvolver actividades diversas, promovendo o espírito de grupo e camaradagem e proporcionando simultaneamente experiências práticas de aprendizagem.

A iniciativa foi lançada na Pousada de Juventude de Évora durante uma sessão em que também participaram os secretários de Estado do Turismo, Vítor Neto, e da Educação e Inovação, Ana Benavente.

## Timor-Leste:

### Vítor Melícias comissário para a transição

O padre Vítor Melícias comunicou no dia 1 de Junho, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, a decisão de aceitar formalmente o convite endereçado por Jaime Gama para comissário para a transição de Timor-Leste. A comunicação da decisão a Gama foi feita segunda-feira, no primeiro encontro de trabalho que o ministro manteve com Vítor Melícias, no Palácio das Necessidades. Melícias, cuja nomeação foi oficializada na

reunião de Conselho de Ministros de ontem, manifestou total disponibilidade para o cargo, indicando que já se está a trabalhar para minorar as necessidades mais prementes do povo timorense.

Recorde-se que o sacerdote fora convidado na semana passada por Gama, mas só hoje comunicou ter aceite, após ter consultado as entidades religiosas a que está ligado.

## Hospital de Coimbra entre os melhores do mundo

O Serviço de Neurologia dos Hospitais Universitários de Coimbra foi classificado pela Food and Drug Administration, o organismo norte-americano que controla os medicamentos nos EUA, como estando a par dos melhores do mundo.

Numa altura em que a direita, numa lógica

neoliberal e pós-moderna, acena com propostas de privatização parcial ou total dos hospitais públicos, esta distinção é mais um sério revés para a sua campanha de intoxicação da opinião pública, visando transformar a saúde num negócio bastante lucrativo.

## Esmagadora maioria das praias portuguesas tem água de qualidade

O notável trabalho de Elisa Ferreira à frente do Ministério do Ambiente é cada vez mais visível.

Agora, na abertura de mais uma época balnear, os portugueses podem estar descansados, uma vez que a esmagadora maioria das praias portuguesas tem água

de boa qualidade.

Segundo o último relatório de 1999, mandado efectuar pelo Ministério do Ambiente, 89 por cento das águas balneares costeiras do continente têm a água de acordo com os níveis de qualidade exigidos pela Comissão Europeia.

## VOTAÇÃO MACIÇA EM SOARES É DAR FORÇA A PORTUGAL

Ao longo da presente campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, António Guterres tem apresentado três grandes motivos para que os portugueses votem maciçamente na lista do PS: é preciso que exista uma maioria socialista em Estrasburgo para defender a Europa social, do emprego e continuar a aposta no aprofundamento da união política; porque a lista do PS tem maior qualidade e melhor conhecimento dos «dossiers» comunitários do que as restantes, cujos cabeças-de-lista vivem num clima de obsessão em relação à candidatura europeia de Mário Soares; e porque dar força a Mário Soares em Portugal, é dar mais força a Portugal na Europa e mais força à Europa no mundo. No Porto, onde foi recebido de forma entusiástica por muitos milhares de pessoas, Mário Soares, por seu turno, lembrou a importância de a presidência portuguesa da União Europeia ter um Governo liderado por António Guterres como responsável pela condução dos destinos do país e de os futuros eurodeputados começarem já a trabalhar na preparação do Quadro Comunitário de Apoio entre 2006 e 2011.



**A** campanha eleitoral do PS começou sábado passado, com uma viagem de comboio entre a Estação de Santa Apolónia em Lisboa e o Porto, tendo o apito de largada sido dado pelo cabeça-de-lista do PS nas eleições para o Parlamento Europeu. Na comitiva, seguiam também o primeiro-ministro, António Guterres, Maria de Jesus Barroso, os ministros Ferro Rodrigues e Pina Moura, os secretários de Estado José Lello e Maranhã das Neves, além de vários candidatos a eurodeputados. Durante quatro horas, a viagem do «Comboio da Liberdade» foi sobretudo animada pelos militantes do concelho de Vila Franca de Xira, entre os quais se encontrava a presidente da Câmara deste município, Maria de Luz Rosinha. Em Coimbra, o comboio parou para Mário Soares cumprimentar o secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, cidade em que também iniciou viagem o ex-reitor da Universidade daquela cidade, Rui Alarcão. Em Aveiro, foi a vez de subir o eurodeputado Carlos Candal, acompanhado por muitos militantes que traziam colados autocolantes da JS deste distrito e onde se podia ler: «Pacheco Pereira desaparecido desde 1995». Uma referência ao facto de o cabeça-de-lista do PSD nunca ter cumprido as suas promessas perante

os eleitores aveirenses. Finalmente, na Estação de São Bento, no Porto, foi a loucura total, com milhares de pessoas a vitoriar o e o primeiro-ministro. Foi uma magnífica recepção preparada pelo presidente da Câmara, Fernando Gomes, e pelo líder da Federação, camarada Narciso Miranda. Depois, o comício, no Coliseu do Porto, estava repleto de gente, com largas centenas de pessoas a terem de ser obrigadas a ouvir os discursos na parte exterior do edifício.

Ao usar da palavra, o camarada Fernando Gomes começou por frisar que aquele comício representava «uma grande manifestação de força do PS», que tem no seu cabeça-de-lista para as europeias «uma grande referência histórica e do presente» para todos os socialistas, já que foi ele «o arquitecto da adesão de Portugal à União Europeia e é também o verdadeiro pai da democracia portuguesa».

«Reconhecer o papel de Mário Soares é votar no PS. Os portugueses que não sejam sectários devem despir as suas cores para dizer obrigado a Mário Soares», afirmou o presidente da Câmara do Porto. Já o presidente da Câmara Municipal de Matosinhos e líder da Comissão Política do PS do Porto, Narciso Miranda, começou por pedir uma enorme manifestação de solidariedade para António José Se-

guro, que tem sido injustamente atacado por Pacheco Pereira. «Críticas que parte de quem fala muito mas faz pouco», referiu Narciso Miranda, apelando, depois, a um combate tenaz contra o fenómeno da abstenção no dia 13 de Junho. «Temos de iniciar a caminhada para termos uma maioria confortável nas próximas eleições legislativas», declarou.

### Temos de combater a abstenção

O segundo da lista do PS para as eleições europeias, António José Seguro, sublinhou as múltiplas diferenças entre a lista socialista e as restantes. «Nós estamos na política por acreditar no projecto europeu, para combater a pobreza e lutar por uma sociedade mais justa. Não podemos ficar indiferentes a uma Europa com 18 milhões de desempregados e 50 milhões de pobres. Batemos por uma Europa da cidadania e da paz». A seguir, o camarada António José Seguro lembrou a importância do PS contar com figuras como Mário Soares e António Guterres, a quem se ficam a dever os principais triunfos alcançados por Portugal na Europa. «Quem tem estas ideias, estes homens, não pode fazer uma campanha pela negativa e não

recorre nunca ao insulto», disse, numa alusão ao estilo de discurso político protagonizado pelo PSD.

Antes da intervenção de Mário Soares, o secretário-geral do PS frisou que o ex-Presidente da República «é a única figura política com projecção mundial, sendo ouvido e escutado em toda a Europa». Para comprovar a sua ideia, António Guterres referiu-se ao facto de em Paris, na semana passada, durante o comício do Partido Socialista Francês, a maior ovação de todos os oradores ter pertencido a Mário Soares. «É preciso votar no PS para dar força a Mário Soares no Parlamento Europeu. E dar força a Mário Soares é dar força a Portugal na Europa e à Europa no mundo», declarou o líder do PS, recebendo uma enorme ovação. Para o primeiro-ministro, no Parlamento Europeu, «Portugal tem de estar representado por alguém que tenha influência, prestígio e autoridade». Exemplificou, a este propósito, com a realidade de todos os dias, em que «as coisas interessantes só se tornam importantes quando são ditas por alguém com grande prestígio. A única figura portuguesa que poderá conseguir no Parlamento Europeu falar contra os egoísmos nacionais é Mário Soares», assegurou o chefe do Governo.

*Continua na página seguinte*

Continuação

**É preciso pensar em 2011**

Por sua vez, o camarada Mário Soares lembrou que aceitou candidatar-se como «número um» da lista do PS, porque compreendeu que o actual momento «é para a Europa e para o mundo de extrema gravidade. O novo milénio que vamos começar a viver não se afigura nada sorridente e, por isso, é indispensável que a Europa de exprima a uma só voz e com humanidade nos seus actos».

A seguir, o cabeça-de-lista do PS elogiou António Guterres pelo triunfo que conseguiu em Berlim, durante as negociações da Agenda 2000, nas quais garantiu para Portugal um horizonte de estabilidade nos apoios financeiros da União Europeia até 2006. «Podem querer atirar poeira para os olhos, podem andar ressentidos a dizer que não se fez o trabalho de casa, mas factos são factos e números são números. Portugal conseguiu aumentar os apoios vindos da União Europeia e isso ficou a dever-se a António Guterres», esclareceu Mário Soares, num ataque indirecto a Cavaco Silva. A partir de agora, segundo o ex-chefe de Estado, «importa já trabalhar para o período entre 2006 e 2011», sendo essencial que o actual Governo «veja a sua confiança renovada nas próximas eleições legislativas».

Explicando quais as diferenças entre a lista do PS e as restantes, o ex-Presidente da República fez questão de frisar que «a nossa ideia de Europa não se limita a olhar exclusivamente para os interesses nacionais. Vamos também com uma ideia de Europa, de justiça social e de solidariedade, contra o desemprego e contra qualquer tipo de discriminação», defendendo ainda como causas fundamentais Timor-Leste e uma maior atenção ao continente africano.

**PS fará campanha limpa**

Ainda no seu discurso, no Porto, Mário Soares lembrou que o único grande inimigo nas eleições de 13 de Junho será a abstenção. «Temos de trabalhar noite e dia, incansavelmente. Eu darei o exemplo para levar o povo português a votar», assegurou, antes de salientar que os portugueses podem confiar em si. «Se não sentisse que esta luta era decisiva para Portugal, não me teria empenhado tanto para que o PS venha a possuir uma votação maciça nas próximas eleições».

Mas o ex-Presidente da República marcou outras diferenças face aos seus adversários políticos. Até ao final da campanha eleitoral, «ninguém me ouvirá dizer qualquer palavra depreciativa em relação a outros candidatos. Respeito todos, mesmo aqueles que no exercício de funções de Governo não me souberam respeitar», advogou o cabeça de lista do PS para as eleições europeias, reconhecendo, depois, que «nas outras listas também há gente competente, inteligente e que pode fazer um bom trabalho» em Estrasburgo. «Não somos facciosos», disse o primeiro secretário-geral do partido, ouvindo em seguida da multidão uma enorme salva de palmas.

A finalizar, a partir do Porto, Mário Soares

afirmou ter a esperança que aquele comício seja «o rastilho contra a abstenção que chegará a todo o país». Depois do Porto, o PS voltou a ter comícios com muita gente na Costa da Caparica (no domingo), em Ourém (na segunda-feira) e em Castelo Branco (na terça-feira), onde António Guterres e Mário Soares voltaram a estar juntos.

**Seguro sabe mais de Europa que alguns números uns**

No domingo, depois de uma caravana automóvel que percorreu as principais localidades do distrito de Setúbal, realizou-se no Parque de Santo António, na Costa de Caparica, o comício que encerrou o dia político.

Antes, decorreu em Sesimbra um almoço que contou com as presenças de Mário Soares, Jorge Coelho, dos candidatos a eurodeputados António José Seguro e Joel Hasse Ferreira, entre muitas figuras da distrital do PS/Setúbal. Após o almoço, Mário Soares acompanhado da caravana socialista percorreu as principais artérias da cidade cumprimentando e falando com as centenas de pessoas que acorreram para o saudar. De salientar o facto de que, ao contrário do que acontece habitualmente com alguns líderes partidários, em Sesimbra, ninguém recusou um aperto de mão ou um beijinho ao cabeça-de-lista do PS, mesmo as pessoas mais adormecidas com o gozo do sol da praia de Sesimbra, se levantavam mal se apercebiam da presença nas imediações de Mário Soares.

À noite, já no comício da Caparica, foi a

vez de António Guterres apresentar, na sua intervenção, três razões de fundo para que os eleitores votem na lista do PS. «O Parlamento Europeu precisa de uma maioria socialista, a lista europeia do PS tem maior qualidade do que as restantes e temos de dar força a Mário Soares para defender os interesses de Portugal na União Europeia», frisou o líder do Partido Socialista.

Depois de na véspera, no comício do Porto, ter elogiado o cabeça-de-lista às eleições europeias, o camarada António Guterres optou por se referir aos restantes membros da equipa socialista, em especial a António José Seguro, que considerou que ele sabe mais de Europa do que os «números uns» de outros partidos, enaltecendo as funções que exerceu, como secretário de Estado adjunto, «numa altura em que Portugal entrou para a moeda única».

Condenando o estilo de campanha «negativa» praticada pelo PSD, o camarada António José Seguro referiu, na sua intervenção, que a campanha de insultos a que o PSD recorre sistematicamente é a prova de que «não têm nada de positivo para dizerem aos portugueses».

**Soares tem apenas o dever de reserva**

No gigantesco comício do dia 1 de Junho, de Castelo Branco, Mário Soares, já na parte final da sua intervenção e quando justificava o seu regresso à vida partidária, considerou-se excluído dos deveres de isenção partidária, alegando que, na qualidade de ex-Presidente da Repú-

blica, apenas lhe cabe a missão de reserva, que não o impede de estar com o PS. «Mas não se confundam as coisas, quando era Presidente da República tinha o dever de isenção (em relação aos partidos). Hoje, como ex-Presidente da República, tenho apenas o dever de reserva. E esse dever de reserva não me impede de estar com o PS como sempre estive», afirmou o fundador do PS, o que mereceu uma grande ovação por parte dos milhares de pessoas que assistiam ao comício.

Antes, usando do seu enorme poder de comunicação, Mário Soares tinha galvanizado a plateia nas diversas vezes em que se referiu ao partido que fundou, nas ocasiões em que respondeu aos ataques do PSD, ou na vez em que se referiu de forma crítica a Cavaco Silva.

«Alguns estavam convencidos que não era possível repetir a façanha de aumentar o fluxo de fundos da União Europeia para Portugal, mas, por mérito de António Guterres, até 2006, vamos receber mais do que nunca recebemos no passado», referiu Mário Soares. Neste contexto, cabe aos futuros eurodeputados «começar a trabalhar para o novo Quadro Comunitário de Apoio», entre 2006 e 2011. «Temos de assegurar aos nossos filhos e netos o futuro de um País de fraternidade e de justiça social», disse.

Até ao final da campanha eleitoral, Mário Soares vai ainda participar nos comícios de Coimbra (6 de Junho), em Famalicão (8 de Junho) e em Lisboa no dia 10 deste mês, na Praça Sony. Além destes comícios, o camarada António Guterres estará também em Aveiro e em Braga.



DESTAQUE – CM

Violência doméstica

## PLANO NACIONAL APROVADO

O Executivo socialista deu luz verde, na passada quinta-feira, dia 27, em Lisboa, ao Plano Nacional Contra a Violência Doméstica. A resolução foi aprovada em reunião do Conselho de Ministros.

O Governo considera que a violência doméstica é um flagelo que põe em causa o próprio cerne da vida em sociedade e a dignidade da pessoa humana, razão pela qual essa problemática tem ocupado um lugar central nas preocupações do Executivo, merecendo, aliás, uma especial atenção no ano em que se comemora o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Recentemente foram aprovadas várias medidas, quer de natureza legislativa, quer outras, de combate contra a violência doméstica. Estas medidas visam, em primeiro lugar, proteger as vítimas, na sua maioria mulheres, permitindo-lhes obter os meios materiais, psicológicos e físicos para se libertarem da situação de submissão em que são colocadas pelo seu agressor.

Este aspecto assume particular relevância, visto que todos os tipos de violência, e a violência familiar em especial, assentam



em relações de dominação e de força, que colocam a vítima numa situação que a fragiliza, limitando-a na sua capacidade de autodeterminação.

Saliente-se, apenas a título de exemplo, a regulamentação e execução das medidas previstas na Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto, tendo chegado agora o momento de definir um conjunto de medidas e objectivos mais ambiciosos.

Com a aprovação do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, Portugal fica dotado de um programa que, de forma integrada e coerente, congrega um conjunto de medidas a adoptar a vários níveis (Justiça, Administração Interna, Educação, Saúde, entre outras), seguindo a orientação que tem presidido à elaboração dos mais recentes documentos internacionais sobre esta matéria adoptados pela Orga-

nização das Nações Unidas e pelo Conselho da Europa.

O Estado português acerta, assim, o passo com a Europa e os mais recentes desenvolvimentos nesta matéria, como se infere das recomendações recentemente aprovadas na Conferência de Colónia, realizada a 30 de Março, na qual se exortam os Estados a aprovar planos globais de combate à violência doméstica, particularmente sobre as mulheres.

Refira-se ainda que o Governo português procurará reforçar a canalização de fundos, quer nacionais, quer europeus, designadamente através do programa DAPHNE, para a resolução do problema da violência doméstica e para a protecção das suas vítimas, procurando, sempre que possível, envolver a Organizações Não Governamentais neste complexo desígnio. A eliminação da violência doméstica, objectivo primordial da aprovação e desenvolvimento das medidas constantes do Plano, é um factor indispensável à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, assente nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da justiça como pilares fundamentais de um Estado de Direito democrático.

DESTAQUE – CM

Economia

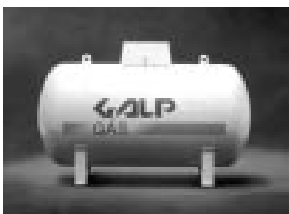
## PRIVATIZAÇÃO DA GALP

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 27, em Lisboa, a primeira fase do processo de privatização do capital social da Galp - Petróleos e Gás de Portugal S.G.P.S., SA.

Este decreto-lei vem abrir o capital social da Galp à participação dos demais accionistas da Petrogal e da Transgás, por meio de um aumento de capital a eles reservado e a realizar, em primeira linha, por conversão das suas participações nas mesmas sociedades.

Nesta primeira fase, a privatização não pode ir além dos 42,5 por cento do capital social da empresa.

O Conselho de Ministros aprovará, mediante resolução, as condições finais e concretas do aumento do capital previsto, designadamente, fixando o montante do aumento do capital; identificando os accionistas da Petrogal e da Transgás que poderão subscrever as acções a emitir no aumento do capital bem como a quantidade de acções da Galp que cada um poderá subscrever; confirmando que os accionistas referidos na alínea anterior fizeram prova dessa qualidade através da entrega de declarações emitidas pelos intermediários financeiros que tenham a seu cargo o ser-



viço de depósito ou de registo das acções da Petrogal e da Transgás de que aqueles sejam titulares;

O Conselho de Ministros procederá também à fixação das demais condições do aumento do capital, nomeadamente, a relação entre o preço de subscrição das acções da Galp e o valor das acções da Petrogal e da Transgás, o prazo de realização das entradas e o regime que vigore para a subscrição incompleta, o qual deverá prever que em tal caso o aumento fique limitado às subscrições recolhidas; e ainda estabelecer o caderno de encargos que definirá as condições específicas a que obedecerá a aquisição das acções no âmbito do aumento do capital.

DESTAQUE – CM

Saúde

## NOVA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O Governo PS fixou, no dia 27, a organização dos serviços de saúde pública.

Na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada na passada quinta-feira, em Lisboa, foi aprovado um projecto de decreto-lei que Este diploma estabelece a nova organização dos serviços de saúde pública, atribuindo-lhes uma maior capacidade de intervenção em áreas essenciais à elevação do nível de saúde das populações, nomeadamente no âmbito da vigilância epidemiológica, da promoção da saúde e da avaliação do impacto das intervenções em saúde.

Assim, a partir de agora, os serviços de saúde pública serão implantados a dois níveis: o regional e o local.

A nível regional, será criado, em cada região de saúde, um centro regional de saúde pública com funções de planeamento em saúde e da definição das estratégias regionais e de apoio técnico, articulando-se com todos os recursos de saúde pública da região de saúde.

Ao nível das localidades, haverá em cada sistema local de saúde uma unidade de saúde pública, organizada de forma flexível, de modo a rentabilizar os recursos



existentes, tendo em conta as especificidades e as necessidades em saúde da população da área geodemográfica abrangida, e que funcionará em estreita articulação horizontal com os serviços e instituições prestadores de cuidados de saúde, concretamente com os centros de saúde que disporão de unidades operativas de saúde pública.

O diploma aprovado estabelece ainda para os serviços de saúde pública um modelo de gestão por objectivos, dotando-os de autonomia técnica e administrativa, com vista à optimização dos resultados e à obtenção de ganhos em saúde.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

O ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, garantiu, no dia 28, no Porto, o apoio do Governo aos investimentos que estão a ser feitos na área desportiva pela Câmara de Gaia, que ultrapassam os quatro milhões de contos (20 milhões de euros).



«O Estado vai participar neste esforço de investimento da Câmara de Gaia», frisou o ministro, que falava aos jornalistas no final de uma reunião com o presidente da autarquia, Luís Filipe Menezes, e responsáveis municipais da área desportiva. Na sequência do entendimento conseguido com o Executivo socialista, os investimentos em curso no concelho, que totalizam 4,2 milhões de contos, serão financiados pela autarquia, pela Secretaria de Estado do Desporto, através de contratos-programa a assinar com o município, e por fundos do III QCA. José Sócrates salientou ainda o facto das infra-estruturas desportivas que a autarquia de Gaia pretende construir «permitirem um melhor acesso das populações à prática desportiva», além de contribuírem para dotar o concelho «com infra-estruturas que permitam a realização de provas nacionais e internacionais».

AGRICULTURA

O secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, alertou, na sexta-feira, dia 28, no Porto, para a necessidade de incentivar a manutenção de «sistemas de agricultura que sejam sustentáveis no futuro».

Durante a sessão de abertura da I Feira de Agricultura Biológica, Ambiente e Qualidade de Vida, que decorreu no Mercado Ferreira Borges (Porto), Vítor Barros afirmou que «estão a ser preparados instrumentos de política que abrangem o apoio à agricultura biológica».

Nestes instrumentos incluem-se o Plano de Desenvolvimento Regional, «que dará aos agricultores biológicos a possibilidade de verem os seus investimentos apoiados», e o Plano de Desenvolvimento Rural, que integra medidas agro-ambientais, indemnizações compensatórias e apoio à fixação de agricultores, entre outros aspectos.

Referindo-se às negociações para a Agenda 2000/PAC, Vítor Barros considerou terem sido conseguidos «grandes recursos», que poderão contribuir para um maior desenvolvimento da agricultura biológica.

Na opinião do secretário de Estado, «a agricultura biológica responde a dois grandes problemas, a degradação ambiental e a segurança alimentar».

AMBIENTE

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, inaugurou, na passada sexta-feira, em Ermesinde, Valongo, o maior centro de triagem de resíduos urbanos de Portugal, uma obra da Lipor.



O novo centro, com uma área coberta de quatro mil metros quadrados e capacidade para processar 35 mil toneladas de materiais por ano, irá empregar cerca de 40 pessoas.

O equipamento está integrado no projecto Lipor de Reciclagem Multimaterial, orçado em cerca de quatro milhões de contos (20 milhões de euros).

Elisa Ferreira presidiu também à assinatura, na Fundação de Serralves, de um protocolo entre esta instituição e o Instituto de Promoção Ambiental para a criação do Centro de Educação Ambiental - Espaço Ecológico Educativo.

Em Serralves, a governante visitou ainda o Projecto Arquitectos do Parque, uma proposta de educação ambiental vocacionada para o público escolar.

ASSUNTOS FISCAIS

O Estado deixou de receber, nos últimos dois anos, 350 milhões de contos do fisco, devido à redução de impostos, apesar de em 1998 ter arrecadado 4 382 milhões de contos, mais 10 por cento do que em 1997.



Os números foram divulgados na passada quinta-feira, dia 27, em Idanha-a-Nova,

pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Carlos Santos, no decorrer de um seminário, em que o governante publicitou o balanço da execução das medidas previstas na reforma fiscal, iniciada em 1997.

António Carlos Santos adiantou que nos últimos três anos (1996/98) a taxa de realização das receitas fiscais têm apresentado sucessivos crescimentos, apesar de a administração fiscal ter diminuído alguns impostos, citando como exemplos a redução das taxas do IVA, a actualização dos escalões do IRS acima da taxa da inflação ou a diminuição da taxa de IRC.

Assim, segundo o governante, o Estado arrecadou, em 1996, 3 659 milhões de contos em receitas fiscais, valor que, embora abaixo do previsto no orçamento para aquele ano, equivaleu a um aumento de 7,5 por cento face a 1995.

No ano seguinte (1997) foram arrecadados 4 003 milhões de contos e, em 1998, 4 383 milhões, recordou António Carlos Santos, realçando que este último número representou mais 112 mil contos do que o previsto no Orçamento e um aumento de 10,8 por cento em relação à receita arrecadada em 1997.

A diminuição da evasão fiscal foi uma das razões apontadas pelo secretário de Estado para justificar o crescimento fiscal, o que, na sua óptica, foi uma consequência directa do aumento das acções de fiscalização.

ASSUNTOS PARLAMENTARES

O ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, considerou, no dia 28, «inacreditável» a publicação na Imprensa de dados relativos a agentes dos Serviços de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), vulgarmente conhecida como a «secreta militar».



Em declarações à TSF, António Costa revelou que iria colocar a questão ao Presidente da Assembleia da República.

«Como é possível que documentos oficiais confidenciais que um órgão de soberania entrega a outro órgão de soberania sejam publicados?», interrogou-se António Costa, considerando o facto «gravíssimo». «Estou estupefacto», frisou, acrescentando que os deputados estão obrigados ao «dever de segredo».

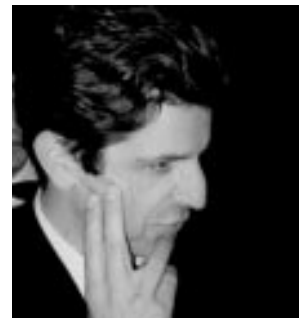
A lista dos agentes da «secreta» foi entregue pelo Ministério da Defesa à comissão

parlamentar de inquérito aos serviços secretos.

Um jornal, o semanário «Independente», chegou a publicar o «fac-símile» de parte do documento.

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, inaugurou, no dia 28, no Porto, o Festival Internacional de Expressão Ibérica (FITEI), cuja sessão de abertura foi protagonizada pelo grupo catalão La Fura dels Baus.



O festival traz, até hoje, 13 companhias de teatro de cinco países, que actuarão em quatro palcos da cidade (Rivoli, Teatro São João, Auditório Nacional Carlos Alberto e Teatro do Campo Alegre).

Na sessão de abertura foi também lida uma mensagem do encenador brasileiro Ulysses Cruz, considerado um dos mais criativos da actualidade.

Paralelamente ao programa oficial de espectáculos, o FITEI conta com várias actividades complementares, nomeadamente ciclos de música romântica, debates e exposições.

ECONOMIA

O ministro da Economia, Pina Moura, criticou, na passada quinta-feira, dia 27, no Porto, a «subsídio-dependência e a burocracia» que «existem em alguns empresários e políticos» e limitou a casos específicos os subsídios a fundo perdido no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA).



Pina Moura falava na sessão de encerramento da posse dos novos corpos sociais da Associação das Indústrias de Ma-

PELO PAÍS

Governança Aberta

deira e Mobiliário de Portugal (AIMMP), que têm agora como presidente o industrial Pedro Ferreira de Sousa.

Na sua intervenção, o ministro frisou ser necessário «combater estes dois desvios» (a subsídio-dependência e a burocracia), bem como «a postura majestática do Estado, com o cheque no bolso e, por isso, pretender ditar aos empresários a política que devem seguir».

Segundo referiu, o investimento privado em Portugal nos últimos dez anos foi, em 90 por cento, suportado na totalidade pelos empresários, percentagem que será tendencialmente maior no final do III QCA, já que o Governo vai privilegiar o capital de risco e os subsídios reembolsáveis.

Para Pina Moura, o papel do Estado «é ampliar ao máximo a capacidade reprodutiva dos recursos» que irão ser disponibilizados, mas chamou a atenção, uma vez mais, para que não se confunda política económica com o III QCA.

EMPREGO E FORMAÇÃO

Portugal precisa ganhar o século XX, nem que seja nos últimos minutos, disse no dia 27, o secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, comparando a situação com a final da taça dos campeões europeus, em futebol.



O governante falava em Campo Maior onde, a convite da Santa Casa da Misericórdia local, visitou as instalações daquela instituição e inaugurou o futuro edifício da empresa de inserção «Artesanato São João». Referindo-se à situação de desemprego na região do Alentejo, Paulo Pedroso afirmou que «Portugal teve, ao longo deste século, um largo período em que se atrasou dos restantes países da Europa», acrescentando que nos últimos 25 anos tem-se «procurado inverter esta situação» para que «no século XXI Portugal seja absolutamente europeu e acompanhe os seus parceiros da União Europeia».

Para que isso seja possível, o governante destacou duas questões importantes: a modernização da actividade produtiva e a sua projecção para o mercado europeu, e uma sociedade mais coesa, onde haja menos pobreza, menos desemprego e menos exclusão.

Nas instalações da Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior decorrem diversos cursos de formação, nomeadamente de pintura em cerâmica, olaria, pintura

alentejana (em mobiliário), tapeçaria/tecelagem e marcenaria, que funcionam graças a uma colaboração conjunta entre a autarquia local, o Governo e a Misericórdia de Campo Maior.

Destaque-se que a taxa de desemprego na vila de Campo Maior é quase nula.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território, João Cravinho, inaugurou, no passado dia 27, na Guarda, a primeira fase da Via de Cintura Externa da Guarda (VICEG), obra estimada em 2 645 mil contos.



O empreendimento é participado pelo Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER) com 1 984 mil contos e 661 mil contos pelo município.

A VICEG estava inicialmente orçada em 1,8 milhões de contos, mas «trabalhos imprevistos ou a mais», dada as características do empreendimento, encareceram o investimento.

O projecto da estrada começou a ser desenvolvido e apresentado publicamente em meados de 1995, quando o município guardense, ainda presidido pelo camaráda Abílio Curto, abriu o concurso público da obra.

Era já presidente da Câmara a também socialista Maria do Carmo Borges, que em Dezembro de 1995 substituiu Curto, quando um novo concurso foi aberto em 1997 e iniciada a obra por um consórcio espanhol, com prazo de construção que previa a conclusão da estrada em 1998, mas divergências entre os sub-empresiteiros levaram a novo adiamento e atraso do empreendimento.

INSERÇÃO SOCIAL

O secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, disse, na passada quinta-feira, dia 27, em Coimbra, que o Executivo socialista só encerra lares clandestinos se houver alternativa ao acolhimento dos idosos. O governante assegurou que vai prosseguir o combate a essas casas, embora admitindo que há dificuldades em realojar a maioria das pessoas.

«Já encerramos 63 lares nos últimos quatro anos. Vamos continuar e incentivar esta política», disse Rui Cunha, no Teatro Académico de Gil Vicente, perante uma plateia constituída por centenas de idosos que participavam num encontro integrado

nas comemorações do Ano Internacional do Idoso.

O governante sublinhou que o País não dispõe ainda de locais em número suficiente para acolher os idosos que se encontram em lista de espera.



Em caso de encerramento dos lares e centros de dia, as famílias assumem o realojamento em apenas 20 por cento dos casos.

«Não podemos encerrar lares clandestinos para pôr as pessoas na rua ou em condições muito piores», observou Rui Cunha.

SAÚDE

A ministra da Saúde, Maria de Belém, criticou no dia 27, no Porto, os «resistentes» à política do Governo no sector, afirmando que «o sucesso em determinadas áreas é algo que, por vezes, não é bem aceite». «Muitos continuarão a resistir, apesar das explicações que forem dadas. Cabe-nos a nós ser firmes perante as resistências», frisou Maria de Belém, no encerramento da II Conferência dos Sistemas Locais de Saúde.

A ministra realçou que a saúde vive «um momento de grande confiança para uns, de grande expectativa para alguns e de resistência para outros», acrescentando que o Governo vai continuar «firme» na prioridade dada ao sector na próxima legislatura.

Maria de Belém considerou os Sistemas Locais de Saúde (SLS) «emblemáticos» na estratégia do Executivo para a nova legislatura, que «coloca o cidadão no centro do sistema».

Para a governante, os SLS visam aproximar os cuidados de saúde dos cidadãos e reflectem a parceria que tem de existir com o sector privado e as autarquias.

SEGURANÇA SOCIAL

O secretário de Estado da Segurança Social e Relações Laborais, Fernando Mendes, defendeu, na passada sexta-feira, dia 28, no Funchal, as políticas de parceria alargada entre governos central, regional e sociedade civil na prossecução do bem-estar social.

Fernando Mendes falava, na cidade madeirense, na cerimónia de assinatura do documento que formaliza a transferência do património constituído por um imóvel de apartamentos de renda económica nesta cidade, designado por «Prédio da Caixa», do Estado para a administração do Centro de Segurança Social da Madeira.

O governante vincou que esta situação era um dos «sinais da Velha Previdência Social que paulatinamente tem vindo a terminar». Por seu turno, o secretário regional dos Assuntos Sociais madeirense, Rui Adriano, salientou que esta medida, «após alguns anos de impasse, vai permitir que os beneficiários residentes no bloco da rua Elias Garcia possam, se assim o entenderem, proceder à aquisição das suas moradias».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 27 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova o Plano Nacional contra a Violência Doméstica;
- Um decreto-lei que aprova a primeira fase do processo de privatização do capital social da Galp - Petróleos e Gás de Portugal SGPS, SA;
- Um projecto de decreto-lei que estabelece a organização dos serviços de saúde pública;
- Um decreto-lei que regula as actividades de assistência em escala ao transporte aéreo, nos aeroportos ou aeródromos nacionais;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 281/93, de 17 de Agosto, que cria a Comissão Permanente de Avaliação dos Planos Directores Municipais;
- Um decreto-lei que estabelece regras de integração do pessoal não docente a prestar serviço na Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa nos lugares do respectivo quadro;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária que altera uma outra directiva que reconhece zonas protegidas na Comunidade, expostas a riscos fitossanitários específicos, e introduz alterações ao decreto-lei n.º 14/99, de 12 de Janeiro;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o acordo relativo aos privilégios e imunidades necessários ao desempenho das funções dos oficiais de ligação da Europol, ao abrigo do disposto no parágrafo 2 do artigo 41º da Convenção que cria um Serviço Europeu de Polícia (Convenção Europol);
- Um decreto regulamentar que define as taxas devidas pela ocupação de terrenos, edificações e outras instalações, bem como pelo exercício de quaisquer actividades na área dos aeroportos e aeródromos públicos.

DEPUTADO JOSÉ BARRADAS

Saúde

## OS «POPULARES» APRENDIZES DE FEITICEIROS



«Como resultado de um golpe de mágica, todas as assimetrias, faltas de acessibilidade, falta de recursos humanos, baixa produtividade, sub-financiamento desapareceram por força de lei.»

Este é o nível de seriedade que se desprende, segundo o deputado socialista José Barradas do projecto de lei apresentado à Assembleia da República pelo CDS/PP para a Lei de Bases da Saúde.

O parlamentar socialista, ao analisar as propostas contidas na iniciativa legislativa «popular», na sessão plenária do Parlamento do passado dia 27, frisou que «estigmatizar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) como um armazém de doentes, como uma inevitabilidade para os pobres, ou apenas como a entrância do sistema de saúde (...) ou é uma opção política que não subscrevemos, ou é uma evidente descrença no sistema que não partilhámos, ou é ainda a forma mais brejeira e perigosa de enfatizar qualquer alternativa proposta, o que nos cumpre denunciar».

O deputado do GP/PS lembrou que, tal como está a acontecer em todo o continente europeu, o envelhecimento da população é o mais alarmante sinal do aumento do consumo de cuidados de saúde (cada cidadão consome três quartos dos cuidados de saúde no último quarto da sua vida) e 15 a 16 por cento da população portuguesa tem mais de 65 anos de idade. Segundo José Barradas, «qualquer governo com o mínimo de sensibilidade social, face a este quadro, se recusaria a promover reformas que alterassem as componentes essenciais que definem e determinam o SNS, mas encetaria, com coragem, mudan-

ças na gestão dos serviços, na produtividade, na qualidade e na eficiência».

«Trata-se de uma área complexa e sensível que exige muito mais do que uma lei de transição», que «necessita de ser sustentada por mais do que um conjunto de não razões», «primando pela ausência de soluções sempre consideradas importantes pelo CDS/PP como o seguro social, não incluído no presente diploma», declarou.

Quanto ao financiamento proposto pelo diploma «popular», o parlamentar do PS qualificou-o como «não-estrutural» e «residual», classificando o projecto de Lei de Bases da Saúde como «provisório» e considerando o grau de eficácia previsível como obedecendo «mais a conceitos de adivinhação que a critérios de análise objectiva».

Debruçando-se sobre o capítulo que trata o Sistema Nacional de Saúde, José Barradas sublinhou que, para efeitos do diploma em discussão, «passaríamos dum SNS estrutural matricial do Serviço de Saúde do País, detentor dos mais modernos serviços e tecnologias da saúde, para um SNS financiador e locador desses meios, ainda por cima a funcionar sem critérios rigorosos de locação».

Reconhecendo que o Orçamento de Estado não é, por si só, suficiente para dar resposta às exigências de fundo que implica um funcionamento regular do sector, José Barradas frisou que tudo passa pela reorganização e rentabilização dos serviços oficiais de saúde, pela reestruturação dos cuidados primários, pela reformulação da gestão dos hospitais e centros de saúde e pela regulamentação da articulação dos diferentes serviços.

«Achamos que, reformulado e revitalizado, o SNS é o melhor e o mais justo serviço de saúde que se pode oferecer aos cidadãos», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO AFONSO CANDAL

Apoio a idosos

## MERCANTILISMO CHOCANTE



O deputado socialista Afonso Candal considerou, no passado dia 26, no Parlamento, que a projecto de lei da bancada «popular» sobre o sistema de apoio aos agregados familiares com idosos não passa de «uma abordagem mercantilista, insensível, insensata e chocante».

«O CDS/PP alega que a Lei Fiscal estimula as famílias a colocar os seus ascendentes em lares», referiu o parlamentar do PS, acrescentando que, segundo o CDS, «pelo facto de se permitir deduzir à colecta encargos com lares até a um máximo de 56 400 escudos e a dedução específica por cada idoso a cargo ser de 19 800 escudos, a Lei Fiscal peca por «falta de neutralidade» e induz a um «grave comportamento»».

Sublinhando que nem tudo na vida se resume apenas e só a dinheiro, Afonso Candal foi peremptório ao qualificar a proposta do PP como «chocante na sua filosofia e irresponsável na solução encontrada».

«A hipotética aprovação do projecto de lei em questão aumentaria a dedução específica por ascendente a cargo dos já referidos 19 800 escudos para os 56 400 escudos», frisou o deputado do GP/PS, acrescentando de seguida que esta suposta «neutralidade» atingida é na realidade uma emenda que é pior do que o soneto. «Passaríamos a ter uma disparidade absurda e injustificável entre estes 56 400 escudos deduzidos por ascendentes e os 19 800 escudos

deduzidos por descendente», referiu, explicando que «na abordagem mercantilista do CDS/PP teríamos uma Lei Fiscal a considerar, preto no branco, que um pai vale o mesmo do que três filhos».

Na opinião do parlamentar do PS, a bancada «popular» poderia ter optado por uma outra fórmula para corrigir a alegada «falta de neutralidade» do sistema fiscal sem estar, simultaneamente a criar uma segunda falha.

«Bastava para isso ter proposto, não o aumento da dedução específica para montante idêntico ao da dedução à colecta com lares, mas sim a diminuição da segunda por forma a igualá-la à primeira», apontou.

Mas esta solução não serviria, na opinião do deputado do GP/PS a motivação «popular» dos centristas, nem corresponderia à tática eleitoralista e oportunista que os incentiva. Afonso Candal deixou claro que o que o Estado pretende é que as famílias não tenham que optar entre os 19 800 escudos por terem idosos em casa e os 56 400 escudos por terem idosos pelos lares de terceira idade.

«As famílias têm direito a 19 800 escudos de dedução por cada idoso a cargo, montante ao qual se somam 56 400 escudos se houver despesas extra com lares».

Assim, para o deputado socialista, o caminho proposto pelo CDS/PP não é o elegevel.

«O problema do apoio aos idosos existe. É grave. Mas, mais grave é este tipo de aproveitamento fácil de uma problemática tão complexa e que tem merecido por parte do actual Governo uma atenção e um carinho tão especiais», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO ARMANDO PAULINO

Idosos

## GOVERNO PS TEM REFORÇADO OS DIREITOS SOCIAIS

«O Governo do PS tem vindo a apostar com grande empenho e determinação numa política social cujos traços fundamentais são visíveis aos olhos de todos, e que contribuiu decisivamente no nosso país para um efectivo reconhecimento e reforço dos direitos sociais, económicos e culturais das pessoas idosas e portadoras de deficiência», afirmou no dia 26 de Maio, no Parlamento, o deputado do PS Armando Paulino.

Por esta razão, adiantou, tendo consciência de que muito está a ser feito em matéria de inserção e integração social das pessoas idosas e portadoras de deficiência, Armando Paulino referiu que os socialistas não poderiam ficar indiferentes à iniciativa legislativa da bancada laranja que visa estabelecer o regime jurídico aplicável à opção de permanência ou integração de idosos e pessoas portadoras de deficiência no seio da família a que estão ligados por laços de parentesco ou afinidade.

Armando Paulino disse que no plano das soluções normativas preconizadas no diploma laranja tem «grandes dúvidas e reservas, designadamente no que respeita aos efeitos da sua aplicação no tecido social». Com efeito, sublinhou, «fazendo tábua-rasa de todo o trabalho e empenhamento do Gover-

no do PS em matéria de inserção dos idosos e pessoas portadoras de deficiência, o PSD aposta em soluções que sabe pouco exequíveis e ou mesmo que em nada contribuirão para resolver a maioria dos problemas que se colocam às famílias neste domínio, pondo mesmo em causa os valores da solidariedade familiar».

### Contradições e lacunas laranja

Para Armando Paulino, «o projecto de lei do PSD encerra em si mesmo «contradições, imperfeições, lacunas e omissões»».

Na sua intervenção, depois de analisar os diversos erros do diploma laranja, o deputado socialista concluiu que a referida iniciativa legislativa «não contém as soluções normativas mais credíveis e adequadas à protecção dos interesses em causa».

No entanto, adiantou que o PS «está e estará sempre disponível para debater de forma séria e responsável matérias que assumem enorme relevância social», ressaltando que «aqueles que pretendem criar paliativos e soluções demagógicas para problemas sérios que afectam a vida dos cidadãos, encontrarão as parte do PS uma firme contestação».

J. C. CASTELO BRANCO

GP/PS

Nota à Imprensa

## COMPROMETIDA A CREDIBILIDADE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO

Numa nota à Imprensa emitida logo após o primeiro-ministro ter anunciado a substituição, a seu pedido, do ministro da Defesa, o GP/PS considerou que este facto revela que «o Governo assumiu o mais plenamente possível as suas responsabilidades», e que «a Assembleia da República deve fazer o mesmo».

Para a bancada socialista, «a revelação pública de informações confiadas sob sigilo a uma comissão parlamentar é facto gravíssimo que lesa os interesses do Estado».

No comunicado, os deputados socialistas alertam a opinião pública para dois aspectos.

O primeiro dos quais é que «o PS foi o único

partido que apoiou junto do presidente da Assembleia da República a ideia de abertura de um inquérito na PGR, para apuramento de responsabilidades», lamentando por isso «a recusa dos partidos da oposição que cometeram um sério erro».

Quanto ao segundo aspecto, os deputados do PS consideraram «irremediavelmente comprometida a credibilidade da Comissão de Inquérito aos serviços de informações», pelo que decidiram abandonar a Comissão.

No entanto, os deputados socialistas afirmam-se «disponíveis para medidas que permitam que entre a AR e o Governo haja de novo relações de seriedade e de confiança».

J. C. C. B.



DEPUTADO MARQUES JÚNIOR

Nova Lei Orgânica

## UMA GNR CAPAZ DE RESPONDER ÀS NECESSIDADES DE UMA SOCIEDADE LIVRE



O deputado do PS Marques Júnior disse no dia 28 de Maio, no Parlamento, que a proposta de lei do Governo sobre a GNR é de uma «importância extrema».

Para o parlamentar do PS, a proposta de lei «é um elemento estruturante da GNR e vai determinar, no futuro, a compatibilização entre uma força de segurança com características militares ou como é referido no artigo 1º da nova Lei Orgânica "uma força de segurança constituída por militares organizados num corpo especial de tropas" e a necessária modernização do seu estatuto disciplinar».

O capitão de Abril considerou que a questão que está na ordem do dia é a de saber se o Governo pretende ou não por em causa a natureza militar da GNR.

«Quanto à afirmação da natureza militar da GNR em oposição a outras opções mais civílicas, ela tem sido permanentemente reafirmada quer pelo primeiro-ministro quer pelo

ministro da Administração Interna», lembrou, acrescentando que a proposta de lei «não altera a natureza ou descaracteriza a identidade própria da GNR, que é, afinal, a justificação plena da sua existência autónoma».

Outra questão importante, segundo o deputado do PS, «é a de saber se se deve aplicar aos militares da GNR o regulamento disciplinar militar aplicado às Forças Armadas alterando, evidentemente, as normas que conflituam com os princípios constitucionais». Nesta questão, sublinhou Marques Júnior, «a opção do Governo é clara ao considerar que a natureza do corpo militar não é alterada pelo facto de ter um regulamento disciplinar próprio».

O que se pretende, adiantou, «é dotar a GNR de um regulamento de disciplina que reflecta, na plenitude, a sua condição de "força de segurança constituída por militares organizados num corpo especial de tropas", à qual estão cometidas algumas das mais importantes missões de segurança interna e de ordem pública».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA SÓNIA FERTUZINHOS

Idosos

## NÃO À SOLIDARIEDADE SUBSIDIADA



«Os idosos não são inválidos, nem incapacitados e não podemos, por isso, ter a tentação de decidirmos por eles sobre o que é melhor para as suas vidas.»

Foi com estas palavras que a deputada socialista Sónia Furtuzinhos expressou a necessidade de dar respostas diversificadas para que a terceira idade faça face a problemas que também são diversificados, permitindo à pessoa idosa optar livremente pelo que considera ser melhor para si.

A parlamentar do PS falava, no dia 26, no Parlamento, durante a sessão plenária em que se debateu o projecto de lei laranja onde, alegadamente, se apresentam soluções para as dificuldades da velhice.

«Temos algumas dúvidas e mesmo fortes resistências em relação a alguns aspectos do diploma que o PSD apresenta», disse Sónia Furtuzinhos, passando de seguida a elencar um total de quatro objecções.

A primeira prende-se com o facto de o PSD absolutizar a fronteira da idade, propondo os 60 anos como idade mínima para se aceder ao regime avançado.

«A velhice é cada vez menos definida pela idade e cada vez mais pelas faculdades e capacidades pessoais», contrapôs a deputada do GP/PS.

A segunda falha do projecto laranja prende-se com a ideia de canalizar para as famílias e não para os idosos os benefícios do regime, correndo-se o risco de pôr em causa a liberdade de escolha dos mesmos.

Como terceira objecção, Sónia Furtuzinhos apontou para o facto de o PSD partir do pressuposto de que não existe uma obrigação familiar de apoio aos seus membros, exigindo, por isso, uma candidatura formalizada, num compromisso escrito dos agregados familiares.

«O que o PSD propõe é a criação de uma rede de acordos de cooperação, casuisticamente celebrados com as famílias que desejem candidatar-se», denunciou, acrescentando que a aprovação do projecto de lei em causa «transformaria as famílias naturais em famílias de acolhimento, e isto não é aceitável se acreditarmos na necessidade e mesmo na urgência do fortalecimento dos laços de solidariedade familiar».

Segundo Sónia Furtuzinhos, «a instituição de uma medida como a que consta do projecto (laranja) poderia determinar uma tendência para a comercialização dos cuidados familiares, da clausura da contrapartida de uma nova fonte de rendimento deles resultante».

«O que é grave é pensarmos que esta é a solução para as questões relacionadas com os idosos e com os deficientes», frisou.

Para a deputada socialista, as respostas sociais para a terceira idade devem ser coordenadas e socialmente integradas, sendo o apoio familiar e as parcerias com o Estado e a sociedade civil as grandes apostas a serem feitas.

«As soluções que o PS apoia vão no sentido de consagrar os direitos, as garantias e os apoios como instrumento e não como um fim em si mesmos», disse, convicta, concluindo que «a solidariedade não pode ser uma solidariedade subsidiada».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO RUI NAMORADO

Terceira idade e deficiências

## CANTO DE SEREIA



O deputado socialista Rui Namorado denunciou, no dia 26, na Assembleia da República, o «gesto de propaganda» que representa, num contexto de eleições e de crise da

oposição de direita, os dois projectos de lei, do PSD e do PP, que visam o apoio a cidadãos idosos e a pessoas portadoras de deficiência.

«Não podemos deixar de ver nelas (iniciativas do PSD e PP) uma tentativa algo sófrega de sedução de um eleitorado que, ano após ano, tem vindo a resistir aos cantos de sereia da direita portuguesa», afirmou.

Qualificando como «impaciente e vertiginosa» a agressividade com que laranjas e populares têm feito oposição ao Governo do PS, Rui Namorado frisou que «talvez tenha sido por isso que a galeria dos líderes desmornados de ambos os partidos foi enriquecida com novos retratos».

«Mas, crenças de que, como ensina a sabedoria popular, os grandes males se combatem com grandes remédios, as oposições de direita afadigaram-se na busca desses remédios», referiu, acrescentando que PSD e PP «pesquisaram nas possíveis causas da popularidade do actual Executivo uma que lhes pareceu das mais óbvias e resolveram propor, no plano social, algo que os tornasse tão parecidos quanto possível ao Governo, na esperança de partilharem pelo menos alguma da sua popularidade».

Referindo-se aos dois projectos de lei em

causa, mas especialmente ao do PSD, Rui Namorado alertou para o facto de se repercutirem com «uma profundidade não negligenciável» na instituição familiar.

«Este é um terreno decisivo da política social, pelo que não deve ser percorrido com imprudência ou precipitação», declarou.

Para o deputado do GP/PS, «a relativa anémia dos valores solidários que também contamina a família não deve combater-se ao arpejo das próprias regras estruturantes da instituição familiar».

«Uma engenharia demasiado tosca, mesmo que de generosa motivação, pode agir como factor de crise, em vez de desempenhar um papel robustecedor», alertou, aproveitando para referir que o projecto do PSD «não parece imune a esse risco».

Na opinião do parlamentar do PS, «os mais idosos não podem apenas ser destinatários de medidas assistenciais, já que devem ser estimulados a se congregarem para desempenharem uma papel activo na gestão da sua própria vida, na promoção da melhor qualidade de vida que estiver ao seu alcance».

O reforço do voluntariado social, o recurso ao sector cooperativo e social como espaço de protagonismo acrescido na protecção social, a valorização completa e efectiva da ideia de uma educação ao longo da vida, a repartição do trabalho e dos rendimentos, são vectores de política social e de apoio à terceira idade que Rui Namorado considerou, no final da sua intervenção, como «simultaneamente eficazes e emancipatórios, generosos e dignificantes».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO AIRES DE CARVALHO

Prisões

## PROJECTO DE OS VERDES SOBRE DOENÇAS INFECCIOSAS É UMA DESILUSÃO



O deputado do PS Aires de Carvalho afirmou-se desiludido relativamente ao projecto de lei sobre a adopção de medidas de combate à propagação de doenças infecto-

contagiosas em meio prisional, da autoria de Os Verdes.

Na intervenção que efectuou na Assembleia da República, Aires de Carvalho mostrou-se desiludido com a iniciativa legislativa de Os Verdes quer quanto «a alguma fraseologia utilizada na exposição dos motivos de apresentação» do referido diploma quer quanto «a alguma falta de perspectiva e de inovação, sobre os caminhos a percorrer».

No entanto, Aires de Carvalho elogiou a autora do projecto de Os Verdes pela preocupação manifestada relativamente a uma matéria sobre a qual, referiu, deve ser feito «um esforço nacional, colectivo e amplamente consensual».

Uma matéria para a qual o deputado soci-

alista considerou que «todos e quaisquer contributos serão manifestamente importantes».

Na análise às propostas contidas no diploma, Aires Rodrigues lembrou um relatório de 1996 da Provedoria da Justiça, no qual se recomenda a tomada de «medidas imediatas» face ao panorama «preocupante» das doenças infecciosas em meio prisional. «A verdade é que, perante esta recomendação, e com base numa situação herdada, este Governo não baixou os braços, tendo mesmo insistido neste combate, através da implementação de medidas concretas e objectivas», disse.

Aliás, recordou, «isso mesmo está transcrito num outro relatório da Provedoria da Justiça de 1998», no qual é reconhecido o «esforço realizado, nestes dois anos e meio, na área da saúde nas prisões».

Dirigindo-se à autora do projecto, Aires de Carvalho afirmou: «É pena que V. Exa., sobre isto, tivesse feito tábua-rasa.» A deputada verde, embaraçada, ficou algo vermelha.

J. C. CASTELO BRANCO

## PORTUGAL VAI BENEFICIAR DE UMA QUARTA INICIATIVA COMUNITÁRIA

**P**ortugal vai beneficiar de uma quarta iniciativa comunitária - Urban - destinada à regeneração económica e social das cidades em crise.

Segundo o ministro Planeamento, João Cravinho, inicialmente, a Comissão Europeia (CE) pretendia apenas fazer três iniciativas - Leader, Interreg e outra ligada aos recursos humanos.

«Portugal defendeu sempre a necessidade de uma iniciativa que desse continuidade ao Urban, mas alargando-o à requalificação do meio urbano. A comissão acabou por aceitar a lógica da posição portuguesa e estamos neste momento a negociá-la», adiantou.

«A dotação não será grande. Ainda está numa fase de fazer cálculos porque é muito recente, mas em todo o caso vai ser dividida por cada Estado-membro», explicou.

### Maior desconcentração dos fundos

O ministro do Planeamento, João Cravinho, afirmou ainda que no próximo QCA III vai ser dada maior prioridade à desconcentração e



regionalização dos fundos em comparação com o quadro anterior.

O Governo prevê que cerca de 50 por cento dos recursos comunitários destinados a projectos sectoriais (ambiente, educação, saúde, entre outros) serão definidos como regionais. «o que é muito acima da situação actual», salientou.

Segundo João Cravinho, o Governo considera três níveis para as acções a desenvolver: o nível nacional, regional e o nível local ou intra-regional.

O nível nacional será administrado directamente pelos próprios ministérios e destina-se a atingir objectivos nacionais, independentemente da sua localização.

O segundo nível corresponde à projecção no plano regional de elementos de componentes de planos nacionais.

No nível local ou intra-regional haverá uma gestão muito descentralizada, sob a forma de contrato, acrescentou.

«Temos a melhor execução da Europa», disse João Cravinho, acrescentando que, por isso, «Portugal se congratula pelas novas regras de preocupação de rigor financeiro e de eficácia na observância dos regulamentos impostas pela Comissão».

### OIT

### Infância

## LEGISLAÇÃO PARA ELIMINAR TRABALHOS PERIGOSOS

**A** Organização Internacional do Trabalho (OIT) defende a criação de legislação que vise eliminar trabalhos perigosos efectuados no mundo por mais de 50 milhões de menores, com idade entre os cinco e os 14 anos.

Segundo um relatório da OIT, Conferência Anual da organização, que decorre de 1 a 7 de Junho em Genebra, vai estudar nova legislação que proíba o trabalho de crianças em tarefas perigosas.

De acordo com o relatório, a legislação actual trata este tema de forma geral sem incluir uma definição das piores formas de trabalho infantil.

Apesar da proporção de crianças empregadas em trabalhos tão duros como as minas, a construção ou o transporte ser percentualmente pequena, a lógica de debilidade e vulnerabilidade dos menores faz com que corram riscos muito maiores do que os adultos que desempenham estas mesmas tarefas.

Há igualmente que registar o crescente número de crianças que se destinam à prostituição, pornografia, mendicância ou serviços domésticos e que, em muitos casos, estão submetidos a tipos de vida semelhantes à escravidão.



A OIT criou em 1992 o Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), em que participam 90 doadores e 60 países receptores de ajuda. Desde essa data, o IPEC subscreveu acordos com 36 países sobre programas nacionais concretos e actualmente está a negociar novos projectos com 29 países.

Quarenta e sete dos seus programas dos últimos cinco anos respeitam a crianças que realizam trabalhos perigosos e cerca de 10 por cento a crianças submetidas a trabalhos forçados.

### BRUXELAS

### Acordo

## PROGRAMA JUVENTUDE COM 70 MILHÕES DE CONTOS

**O** programa comunitário Juventude será dotado com 70 milhões de contos (cerca de 350 milhões de euros) nos próximos cinco anos, após acordo alcançado no dia 27 de Maio, em Bruxelas, pelos ministros da União Europeia.

Este acordo acontece depois de as negociações terem sido bloqueadas em Novembro de 1998 pelo Reino Unido, França e Holanda com o argumento de que a proposta da Comissão Europeia (600 milhões de euros) era demasiado elevada no conjunto do orçamento global previsto.

Com a proposta dos contestatários na ordem dos 264 milhões de euros e a aceitação de uma redução dos outros países apenas até aos 450 milhões, o encontro saldou-se por um resultado negativo em termos de acordo.

O dinheiro destina-se ao Programa Juventude, que engloba este ano os já habituais «Juventude para a Europa» (de intercâmbio dos jovens nos países membros) e «Serviço Voluntário Europeu» (de apoio a experiências de voluntariado), e uma vertente inovadora de apoio a projectos de juventude.



SAÚDE

Maria de Belém apresentou

ESTRATÉGIA 1998-2002

«S aúde, um compromisso» é o nome da «Estratégia de saúde para o virar do século», apresentada, no passado dia 26, em Lisboa, pela titular da pasta, Maria de Belém.

A estratégia do sector até 2002 apresenta como prioritárias as áreas de saúde reprodutiva, as crianças e adolescentes e os idosos.

Em conferência de Imprensa, Maria de Belém salientou os aspectos que considerou mais significativos do documento, o qual abrange os anos entre 1998 e 2002. Referindo-se à estratégia como «um compromisso», a ministra frisou que o objectivo é colocar «o cidadão no centro do Sistema Nacional de Saúde» (SNS) e não o contrário.

Trata-se de «um quadro de referência nacional, a partir do qual é necessário estabelecer prioridades regionais e locais, de acordo com cada situação específica», conforme se lê nas «prioridades da estratégia».

O «acesso efectivo a cuidados de saúde de qualidade», o «investimento na prevenção da doença e na promoção e protecção da saúde», uma «maior atenção às desigualdades na saúde», a «reforma da organização e gestão do SNS e do seu financiamento», a «regularização da relação entre o público e o privado», a «definição de uma verdadeira política para as profissões» são as prioridades apontadas no documento.

Em relação às «principais áreas de actuação», a estratégia define a saúde reprodutiva, seguida das crianças e adolescentes, os idosos, a tuberculose, a SIDA, a diabetes, a asma, as doenças isquémicas do coração, as doenças cerebrovasculares e o cancro.

Um dos prioritários da Estratégia de Saúde para o virar do século (1998-2002) é a «modernização das infra-estruturas de saúde



pública, indispensável para conseguir os níveis de análise epidemiológica, de gestão e comunicação dos riscos de saúde pública, de protecção e promoção da saúde necessários».

A reorganização dos serviços de saúde assenta no «reforço e na articulação das múltiplas funções de saúde pública». Isso faz-se, segundo o documento, de acordo com a «organização por níveis técnicos de interdependência e apoio técnico diferenciado (central, regional e local)» e a «integração da vertente de autoridade de saúde no contexto geral dos instrumentos de intervenção em saúde pública».

A «constituição de núcleos operacionais com massa crítica em recursos, interdisciplinaridade e competências suficientes para responderem aos complexos desafios que se deparam à saúde pública actual» e a «interligação horizontal a nível local (Sistema Local de Saúde) com os diversos parceiros para a acção em saúde» são outras das medidas com que conta a

estratégia hoje apresentada.

A centralidade do cidadão

A «nova política de saúde» terá como principais elementos um «compromisso explícito para melhorar a saúde», com «metas concretas» e a «centralidade do cidadão e o acesso a cuidados de saúde apropriados».

Sobre a contraturalização, o documento defende «uma nova relação entre contribuintes, os seus agentes financiadores de serviços e os prestadores», enquanto a reforma da gestão dos centros de saúde e hospitais do SNS apostará numa «nova administração pública na saúde, ou seja, a funcionalidade ao serviço das pessoas». Em relação ao papel dos sectores social e privado, a estratégia aposta na «previsibilidade, estabilidade e desenvolvimento», bem como nas «remunerações associadas ao desempenho».

Um sistema da qualidade na saúde que seja

«uma garantia para todos» e uma política para as profissões da saúde que conte com uma «correção demográfica, liderança na qualidade, envolvimento na gestão e formação continuada» são, igualmente, apostados no documento.

O «equilíbrio entre recursos, investimentos e gastos» visará uma «sustentabilidade financeira», acrescenta a estratégia.

Sobre os Sistemas Locais de Saúde - instituídos em 1998, por um prazo de quatro anos, enquadrando-se no âmbito da reforma do SNS - o documento aponta para a conclusão de 25 em 2002.

Actualmente estão em funcionamento os centros de Viana do Castelo, Beja, Cova da Beira, Almada/Sesimbra e Sotaventos.

Na conferência de Imprensa foi ainda divulgado um documento sobre os «Centros de Saúde da terceira geração», cujo objectivo é «trazer a gestão para mais perto do cidadão e dos profissionais».

Segundo uma nota-resumo, «a gestão dos Centros de Saúde, designadamente nas zonas urbanas do País, é impraticável no actual quadro organizacional dos serviços de saúde».

«Fora dos grandes centros, embora a situação seja mais favorável em termos de gestão, pode mesmo assim ser bastante melhorada por acordo entre as partes interessadas, garantindo uma gestão mais descentralizada». É este um dos grandes objectivos dos Centros de Saúde da terceira geração.

A estratégia apresentada aponta como metas para 2002 que os centros de saúde sejam dotados de «autonomia administrativa e financeira» e uma «organização interna descentralizada, pelo menos em 60 por cento dos centros previstos para o País». O sistema de informação informatizado em 70 por cento dos centros de saúde são igualmente metas para esse ano.

EQUIPAMENTOS

Cravinho apresenta

PROGRAMA DE ACESSOS RODOVIÁRIOS A SINTRA

O ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, João Cravinho, apresentou no passado dia 30, na Casa da Juventude da Tapada das Mercês, em Sintra, o programa de melhorias de acessos rodoviários no concelho.

Do programa constam a construção do Itinerário Complementar (IC) 30, entre Ranholas e Alcabideche, do IC 16 e da ligação desta via à Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL) a partir de Loure/Alto de Colaride.

A presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela, garantiu que quando o IC30, cujo início das obras está previsto para o próximo ano, estiver concluído «haverá condições para que se inicie o alargamento do IC 19».



«Se as obras de alargamento começarem de imediato, o caos instalava-se porque não havia alternativas», frisou a autarca.

O troço do IC-30 entre o Linho e Ranholas, cujo projecto se encontra em consulta pública

até 29 de Junho, «vai também servir de alternativa, através da A5» que liga Cascais a Lisboa.

Outra das alternativas de acesso ao concelho de Sintra vai ser o IC-16, «com um percurso paralelo ao IC-19 e cujo início da construção está previsto para o início do próximo ano», salientou Edite Estrela. A autarca acredita que as obras do IC-30 possam ser mais rápidas, podendo depois proceder-se ao alargamento do IC-19, único acesso hoje existente para ligação entre Sintra e Lisboa.

Os cerca de 350 mil habitantes do concelho passam depois a dispor de três alternativas, sendo que quem optar pelo IC-16 terá que pagar portagem.

João Cravinho inaugurou ainda o troço Fervença-Montelavar, da Via de Cintura da

Área Metropolitana de Lisboa, uma obra que, de acordo com Edite Estrela, rondou os dois milhões de contos.

A autarca adiantou que esta via de cintura vai futuramente ligar os concelhos de Sintra, Cascais, Mafra, Loures e Vila Franca de Xira.

Durante a cerimónia foram assinados dois protocolos entre a Câmara de Sintra e a Rede Ferroviária Nacional (REFER), um para a construção de um interface rodoviário na Portela de Sintra e outro para o contrato de empreitada para a remodelação da estação Queluz-Belas.

A cerimónia contou também com as presenças do secretário de Estado das Obras Públicas, Maranhã das Neves, e do secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues.

AMBIENTE

Conservação da natureza

## GOVERNO LANÇA LINHA DE FINANCIAMENTO

O secretário de Estado do Ambiente, José Guerreiro, anunciou, no dia 27, em Lisboa, que o Executivo socialista vai lançar uma linha de financiamento autónoma e exclusiva para a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, que irá assegurar a gestão das áreas protegidas.

José Guerreiro falava na sessão de encerramento do IV Congresso Nacional de Áreas Protegidas.

O novo sistema de financiamento, segundo o governante, vai permitir a contratualização com outras organizações, além do Instituto de Conservação da Natureza (ICN), na gestão das áreas protegidas, «no sentido de levar a cabo acções de conservação do património natural e a melhoria da qualidade de vida de quem lá habita».

«Diz-se que o ser humano é o mais prejudicado nessas áreas, mas o conceito agora é outro. Não é possível fazer conservação da natureza sem as pessoas que habitam essas zonas, pelo que esta linha vai permitir realizar um desenvolvimento sustentável dentro das especificidades de cada local», declarou.

Sem revelar o montante previsto para este financiamento, «por estar ainda em nego-



ciações nos vários departamentos governamentais», o secretário de Estado adiantou apenas que, com esta iniciativa, vai ser possível a várias organizações recorrerem aos fundos, como as autarquias no âmbito da criação das áreas protegidas de âmbito local.

«Não podemos avaliar o estado das áreas protegidas unicamente com a fauna e a flora, é preciso que os factores económicos

e sociais sejam tidos em conta», afirmou ainda José Guerreiro, referindo-se à necessidade de realizar «um trabalho colectivo», com vários organismos, com vista à «implementação de uma estratégia de conservação para o futuro».

### Responsabilidade partilhada

Falando de uma responsabilidade «que

tem de ser partilhada» por todos no que respeita à conservação do património natural, José Guerreiro salientou também a importância da parceria com outros sectores, como a agricultura, a floresta e a ciência e tecnologia.

«Não só nas áreas protegidas, para que não se tornem ilhas, dado que o conceito de conservação da natureza é extensivo a todo o território nacional», frisou, acrescentando que é «nesta perspectiva de mudança de mentalidade, é que a presidência portuguesa na União Europeia vai ter como linha da acção a conservação da natureza».

Das conclusões do encontro, o presidente do ICN, Carlos Guerra, destacou a importância da participação das populações locais nas áreas em que se inserem, através de planos eficazes de gestão e de ordenamento, e o desenvolvimento de actividades - como o turismo -, numa óptica de consenso entre as várias sensibilidades. A aproximação entre a ciência e a biodiversidade foi outra das questões abordadas, com destaque especial na intervenção de Nuno Ferrand d'Almeida, do Centro de Estudos de Ciência Animal da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, que sugeriu a criação de um centro de investigação em biologia da conservação e da biodiversidade em Portugal.

FLORESTAS

Fogos

## ESTADO APOIA EQUIPAS PRIVADAS DE SAPADORES

A ideia da formação de equipas de sapadores florestais para proteger as propriedades de particulares e da criação de emprego por parte da iniciativa privada com um apoio estatal de 85 por cento dos investimentos foi lançada pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara, no passado dia 28 de Maio, em Coimbra.

As primeiras 50 equipas de sapadores florestais estão a receber formação e representam um dos reforços dos meios de combate aos incêndios este ano, afirmou Vara.

O Governo espera que dentro de dois a três anos existam em Portugal cerca de meio milhar de equipas de sapadores florestais (constituídas por cinco elementos cada).

O governante sublinhou que a criação das equipas de sapadores florestais é financiada pelo Governo em 85 por cento.

«Não há em Portugal projectos financiados com tanta percentagem», disse, considerando ser «um grande incentivo» para os produtores florestais se organizar e tirar das suas propriedades.



As equipas de sapadores florestais são «um grande projecto de formação de emprego estável», em especial nas zonas onde «não abundam meios de criação de postos de trabalho», disse.

É um dos quatro objectivos da nova re-

forma no sector da Protecção Civil e Bombeiros.

A reorganização do Serviço Nacional de Bombeiros e da Protecção Civil encontra-se em «compasso de espera». Agora, esse ponto da reforma «andarà à veloci-

dade que o bom senso aconselha», afirmou Armando Vara, referindo-se ao processo de auscultação e debate com as organizações de bombeiros.

Os outros dois pontos da reforma encontram-se em fase de conclusão, nomeadamente o processo de extinção da Comissão Nacional Especializada em Fogos Florestais (CNEFF) e de criação do Centro Nacional de Prevenção de Fogos Florestais, e o novo regulamento dos corpos de bombeiros.

Relativamente ao recente fogo florestal em Mação, o secretário de Estado referiu existir «alguns suspeitos» incendiários, matéria a ser seguida pelas autoridades policiais.

Armando Vara participou, na passada sexta-feira, na abertura das VIII Jornadas de Prevenção e Segurança na Floresta de Betão, que incluíram o juramento de fidelidade de 31 novos bombeiros sapadores. A sua deslocação ao distrito de Coimbra incluiu a assinatura de um protocolo de financiamento para a construção de um quartel para a Associação de Bombeiros Voluntários de Brasfemes e de outro para a GNR em Tocha.



## Cascais

### «Coimbra em Cascais»

No encerramento das comemorações do Dia de Cascais, realiza-se no dia 7, no Teatro Gil Vicente, pelas 21 e 30, o espectáculo de guitarra, canto e poesia «Coimbra em Cascais», com entrada gratuita, que terá como figuras centrais Artur e Carlos Paredes, Edmundo Bettencourt, Pinho Brojo e Manuel Alegre.



Participam no espectáculo Manuel Alegre, Luiz Goes, Carlos Carranca, José Henrique Dias, Jorge Machado, José Machado, João Alvarez, Durval Moreirinhas, Sofia Brito, José Manuel Peres e o Grupo de Fados dos Antigos Estudantes de Coimbra Porta Férra. Uma grande noite cultural em perspectiva.

## Elvas

### Novo Estádio Municipal em 2001

A Câmara Municipal de Elvas decidiu avançar com o projecto de construção de um novo Estádio Municipal, que será equipado com uma pista de atletismo em piso sintético.



As obras de construção do novo estádio arrancam no ano 2000, prevendo-se que estejam concluídas no segundo semestre de 2001.

O financiamento da construção do futuro recinto, que implica um investimento de 900 mil contos, ainda não está garantido. «Contamos que a Secretaria de Estado do Desporto participe os custos da obra, caso contrário será a câmara a fazê-lo».

disse Rondão Almeida, presidente da edilidade.

O novo estádio conta com um campo de futebol relvado, com iluminação, balneários, com 1600 metros quadrados de área coberta, seis salas de massagem e tratamentos, e três postos médicos.

As bancadas, com dois mil lugares sentados, vão contar igualmente com cinco camarotes, três cabinas de reportagem e três bares.

O estádio ficará localizado entre a actual zona desportiva e o bairro da Boa-Fé, na circular da cidade.

## Faro

### Quatro mil crianças comemoram o seu dia

No passado dia 1 de Junho a Alameda João de Deus foi mais uma vez o cenário onde várias actividades, promovidas pela autarquia, para assinalar o Dia Mundial da Criança.



Participaram cerca de quatro mil crianças de todo o concelho que tiveram à sua disposição 15 castelos insufláveis, «ateliers» de artes plásticas, um espectáculo de marionetas, actividades desportivas e um Programa de Ciência Viva.

A autarquia proporcionou ainda um lanche a todos os jovens participantes.

## Felgueiras

### Instituições de cariz social recebem apoios

Num comunicado, a Câmara Municipal de Felgueiras refere que cinco instituições locais vão receber, cada uma, perto de seis mil contos, da Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, para apoiar diversas obras com cariz social.

## Ovar

### Dia Mundial da Criança

A Escola EB1 da Regedoura/Válega, com o apoio da Câmara Municipal de Ovar, comemorou este ano o Dia Mundial da Criança, reunindo no Parque de Jogos do Sargaçal em Válega, na manhã do dia 1

de Junho, para uma grande festa, cerca de três mil crianças provenientes de todas as escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho de Ovar.



Esta iniciativa foi um grande momento de alegria e festa. Do programa constou um lançamento de pára-quadristas, a actuação de grupos corais infantis e um espectáculo da GNR com cães, cavalos e motos.

## Povoação

### Banhos da Tia Mercês

Mais um espaço comercial vai surgir nas caldeiras das Furnas. É que a Câmara da Povoação acaba de concessionar o edifício dos banhos da Tia Mercês e a sua área envolvente ao proprietário do restaurante «Miroma».

Nos termos do contrato, a autarquia obriga o concessionário a preservar a imagem tradicional dos Banhos, permitindo-se o funcionamento do snack-bar e gelataria.

Está prevista a criação de mais três postos de trabalho.

Recorde-se que este foi um dos assuntos que o PSD transformou em polémica, aquando da campanha eleitoral para as autárquicas. Agora, porém, o candidato laranja aprovou a proposta.

## Santo Tirso



### Percurso na natureza

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança (1 de Junho), a Câmara Municipal de Santo Tirso organizou

no dia 28 de Maio um percurso na natureza, que envolveu mais de 4500 alunos das escolas do concelho.

## Sintra

### Autarquia ordena demolição de construção ilegal

É mais um exemplo da boa gestão e da eficácia do Executivo da Câmara de Sintra, presidido por Edite Estrela.

A Câmara de Sintra ordenou recentemente a demolição de um edifício construído ilegalmente em Colaride, num espaço classificado no Plano Director Municipal (PDM) como «natural e cultural».

A situação já tinha sido denunciada em Janeiro deste ano pela Associação Olho Vivo.



De acordo com a presidente da associação, Flora Silva, e segundo a resposta oficial enviada pela autarquia, datada de 12 de Maio, o proprietário dispõe de 30 dias para proceder à demolição.

Caso a decisão não seja acatada, será executada a demolição coerciva.

Flora Silva congratula-se com esta decisão, uma vez que «no local, classificado no Plano Director Municipal (PDM) como espaço natural e cultural, está prevista a construção de um parque urbano».

Após ter verificado que naquele espaço estava a ser construído um aterro e um armazém, a Associação Olho Vivo fez uma denúncia na Câmara de Sintra e na Inspeção Geral da Administração do Território (IGAT).

Na altura da denúncia, o vereador da autarquia responsável pelos pelouros do Urbanismo e Ambiente, Herculano Pombo, de imediato mandou proceder a uma nova fiscalização, tendo concluído que «no local estava a ser construído um estaleiro de obras para apoiar a construção de um edifício».

O autarca adiantou que esta construção, desconhecida por parte da câmara, era «ilegal» porque o proprietário «não pediu qualquer licença. Como tal, a obra foi imediatamente embargada».

O vereador confirmou que aquela zona está classificada no PDM de Sintra «como não urbanizável, uma vez que além dos benefícios para a população, o espaço é rico em achados arqueológicos, grutas e ruínas de moinhos».

## SOARES DEFENDE ELEIÇÃO DE «VOZES AUTORIZADAS» NA EUROPA

**O** camarada Mário Soares defendeu no dia 24, em Chaves, a necessidade de os portugueses escolherem para os representantes na Europa «vozes autorizadas», entre as quais considera estar incluído. Para o cabeça-de-lista do PS às eleições europeias, o escrutínio de 13 de Junho «é muito importante para os portugueses terem representantes que conhecem, vozes portuguesas autorizadas para reclamarem no sítio próprio, que é o Parlamento Europeu, os interesses de Portugal».

O camarada Mário Soares, que falava aos jornalistas à margem de uma conferência sobre a Europa, definiu como voz autorizada «uma voz que é ouvida», que, «quando fala, as outras pessoas não ouvem outras coisas».

«É que há pessoas que têm a sorte de que, quando falam, são ouvidas e há outras que quando falam as pessoas acham que não vale a pena ouvir», disse.

Questionado sobre se essa seria a sua vantagem eleitoral sobre os seus adversários nestas eleições, Mário Soares limitou-se a responder que suscitar essa questão é «pôr o dedo na ferida».

### Um adversário chamado abstenção

O candidato socialista elegeu depois a abstenção como o seu «maior e único adversário», na medida em que esse fenómeno se reflecte nos resultados eleitorais dos diferentes partidos.

«A abstenção é grave, porque há quatro anos foram 65 por cento de abstencionistas e isso prejudica aqueles que têm uma expectativa maior de eleger mais deputados», disse.

Quanto ao facto de ter anuído a participar em mais comícios do que os inicialmente



previstos, Mário Soares justificou: «Existem muitos pedidos.»

### Seguro em jornada alentejana insiste no apelo ao voto

O número dois da lista do PS às europeias insistiu no dia 26 de Maio no apelo ao voto no próximo dia 13, ao longo da meia dúzia de localidades do Alentejo cruzadas pela caravana socialista.

António José Seguro visitou Ourique, Castro Verde, Almodôvar, Mértola, Alqueva e Cuba.

Os membros da caravana defenderam sempre, ao longo do percurso, que o acto eleitoral ao Parlamento Europeu de dia 13 de Junho «é um assunto sério» e «merece a participação de todos os portugueses». Com apelos à participação no acto eleitoral, Seguro e os camaradas que o acompanharam distribuíram beijos, abraços e cumprimentos com quantos se cruzaram. A caravana, constituída por cerca de qua-

tro dezenas de pessoas, na sua maioria jovens envergando t-shirts da Juventude Socialista, principiou em Ourique, onde a população mostrou cansaço pela gestão autárquica laranja e acolheu de braços abertos o candidato António José Seguro.

Ao longe, as bases locais do PSD assistiam nervosas e inquietas à excepcional recepção que a população deu à caravana do PS.

A vila sofreu durante a manhã uma autêntica invasão rosa que distribuiu panfletos, isqueiros, sacos, camisolas e canetas a todos os ouriquenses nas ruas, em automóveis, nos cafés, nas farmácias e outros estabelecimentos.

Nem mesmo a avó de José Raul Santos, presidente da Câmara, um autarca laranja que aproveitou todas as ocasiões para atacar o PS de uma forma demagógica e deselegante, escapou a uma das recordações socialistas e, à porta de sua casa, enquanto questionava os candidatos se

tinham vindo «dar um passeio a Ourique», recebeu um panfleto que o camarada Seguro a aconselhou a «ler com atenção».

### Excepcional recepção em Ourique

Com todas as pessoas com quem falou, António José Seguro procurou sempre explicar a importância do voto nas eleições ao Parlamento Europeu, aproveitando uma visita a uma acção de formação financiada por fundos comunitários, para intensificar o seu apelo.

«Muita gente ainda pensa que a Europa não lhes diz nada e fica lá muito longe. Mas as senhoras estão a frequentar um curso com dinheiros comunitários. Têm pois já a prova e a certeza de como a Europa as pode ajudar», disse às cerca de 20 alunas.

Já em Castro Verde, foi tempo de António José Seguro ser entrevistado pela Rádio Castrense, manifestando a sua alegria pela «maneira simpática e atenciosa com que os alentejanos dos vários concelhos têm recebido a caravana».

Um sinal que, para o candidato, é revelador da «confiança que a região deposita no Governo e no PS» apesar, disse, de ser «óbvia a falta de entusiasmo e motivação que as pessoas têm para ir às urnas».

dia 13 de Junho.

Grande recepção teve também a caravana socialista em Almodôvar.

Nos contactos com a população, António José Seguro apelou ao voto, elegeu mais uma vez a abstenção como o seu adversário.

Segundo disse António José Seguro, «não basta só decidir votar PS. É preciso fazê-lo».

A jornada terminou em Beja com um jantar em que esteve também o dirigente socialista José Sócrates.

### AÇORES

#### Congresso da JS

O camarada José San-Bento é o novo líder da JS/Açores.

Os cerca de 180 delegados ao IV Congresso Regional da JS/Açores, que decorreu de 28 a 30 de Maio, a bordo do ferry-boat «Golfinho Azul», debateram uma única moção global de estratégia.

Intitulado «Absolut Jota», o documento foi subscrito pelo único candidato à liderança da JS/Açores, o vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada, José San-Bento.

O candidato ao cargo deixado vago por Vasco Cordeiro, alegando «falta de disponibilidade» para desenvolver o trabalho que aquela estrutura política de juventude requer, pretende ver reforçado o «espírito de militância» na JS.

Para tanto, apontou para a necessidade da organização alargar o espaço de intervenção política, dando continuidade a um trabalho já iniciado.

### Seis moções sectoriais

Além da eleição de novos dirigentes, os congressistas debateram seis moções sectoriais.

A reunião magna dos jovens socialistas açorianos, que contou com a presença de dirigentes regionais do PS e do candidato ao Parlamento Europeu nas eleições de 13 de Junho Paulo Casaca, terminou no passado domingo.

### BEJA

#### Comunicado de autarcas

Os presidentes das câmaras municipais dos distritos de Beja e Évora, eleitos nas listas do PS, decidiram unanimemente congratular-se pela «brilhante vitória» obtida pelo Governo e pelo primeiro-ministro, António Guterres, na cimeira de Berlim e no quadro das negociações da Agenda 2000 que definiu o «envelope financeiro» da distribuição dos fundos estruturais para o período de 2000 a 2006, na União Europeia.

Num comunicado, os autarcas salientam o facto de Portugal, no período em causa, «vir a receber, no quadro da despesa agrícola e estrutural da União Europeia, mais de 5700 milhões de contos, o que significa um acréscimo de 960 milhões de contos relativamente aos resultados conseguidos pelo anterior Governo».

### Fundos estruturais para o Alentejo

Igualmente, «não podem deixar de exigir e reivindicar que os próximos III QCA e PDR, em elaboração, contemplem um aumento significativo para os anos de 2000 a 2006, do montante dos fundos estruturais para o Alentejo, por forma a combater as assimetrias do desenvolvimento; e isto sem esquecermos, no entanto, os progressos no combate ao desemprego entretanto registados».

Assinam o comunicado os camaradas Luís Ameixa, Vítor Martelo, Manuel Lopes, Norberto Patinho, António Camilo, José Santinha Lopes e Francisco Orelha.

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO

### COIMBRA

#### «Os motores da Europa»

No dia 30 de Maio, na abertura oficial da campanha para as eleições europeias, a JS/Coimbra promoveu, no kartódromo de Poiães, em Vila Nova de Poiães, uma iniciativa denominada «Os motores da Europa», que contou com a presença dos candidatos a eurodeputados pelo PS Luís Marinho e António Campos.

### COSTA DE CAPARICA

#### PS quer campismo seguro

O PS da Costa de Caparica exigiu no dia 21 que a Câmara de Almada, dirigida pela CDU, encerre os parques de campismo existentes junto à praia, por falta de segurança, e construa novas estruturas longe do mar.

A posição dos socialistas surge dias depois do incêndio que deflagrou no Parque do Clube de Campismo do concelho de Almada, que destruiu 76 tendas e caravanas.

O PS/Costa de Caparica refere que, além de sobrelotados, os parques de campismo «estão a criar uma verdadeira barreira» entre a praia e os seus frequentadores».

### ÉVORA

#### PS e MDP celebram acordo

A Federação de Évora do PS e a organização local do MDP celebraram no dia 26 de Maio um acordo político eleitoral, de âmbito distrital, tendo em vista as eleições europeias e legislativas deste ano.

O protocolo foi assinado na manhã do dia 26, na sede dos socialistas, pelos responsáveis locais das duas formações políticas.

O acordo estabelece que nas eleições europeias de 13 de Junho o MDP vai participar nas várias actividades de pré-campanha e campanha eleitoral promovidas pelo PS.

Nas eleições legislativas de Outubro, o MDP participará em todas as etapas do processo eleitoral, estando representado nas diversas comissões da candidatura do PS pelo Circulo Eleitoral de Évora.

Terminados os dois actos eleitorais, o PS e o MDP comprometem-se a «manter um diálogo franco e aberto visando o acompanhamento do programa eleitoral no distrito de Évora».

Na base do protocolo está o «mútuo desejo de aprofundar o espírito dos Estados Gerais e da Nova Maioria e de colaborar no âmbito do projecto Évora, um Distrito com Futuro».

O processo de colaboração política entre as duas organizações, iniciado há cerca de 12 anos, foi aprofundado a partir da preparação das últimas eleições legislativas, em Outubro de 1995.

### ÍLHAVO

#### Jantar-debate



Na sequência de vários debates, organizados pela Comissão Política Concelhia de Ílhavo do PS, realizou-se um jantar-debate ao qual compareceram mais de uma centena de militantes e convidados.

Além dos camaradas da Concelhia Política, estiveram presentes os deputados Anibal Gouveia, Rosa Albernaz, Carlos Candal e Artur Penedos, além de João Ribeiro da JS e Neto Brandão, presidente da Concelhia de Aveiro.

O camarada João Bernardo, presidente da Concelhia após «justificar» o porquê do debate, homenageou os militantes que em Maio de 1974 criaram o PS Ílhavo.

Artur Penedos falou das reformas na Segurança Social perspectivando um futuro com «melhores dias».

O camarada Carlos Candal, por seu turno, historiou o socialismo através dos tempos, alertando os presentes que o socialismo é para se ir construindo, já que «ainda estamos na fase da democracia substantiva».

CARLOS DUARTE. Correspondente em Ílhavo

### LAGOS

#### L'important c'est la rose

A propósito do último «slogan» do PSD «A Rosa Murchou», a camarada Maria Joaquina Quintas de Matos, professora e membro da Assembleia Municipal de Lagos, manifestou a seguinte opinião: «A Rosa Murchou? Naturalmente! Só não murcham as de plástico, as de papel... As outras, as naturais, murcham, mas renascem sempre, símbolos vivos da beleza, da força, do amor.

São elas no seu esplendor de cor e perfume e na aspereza dos seus espinhos, a representação mais natural da própria vida.

Foi em rosas que a Rainha Santa transformou o pão escondido para dar aos pobres. «L'important c'est la rose!» E é mesmo.»

Num texto bem conseguido, aqui está a resposta à demagogia dos cartazes do PSD.



### PORTO

#### PS acusa Vieira de Carvalho

O PS/Porto acusou no dia 19 o autarca laranja Vieira de Carvalho de pretender transformar a Área Metropolitana do Porto «num instrumento de combate político, sobretudo de combate ao Governo».

«O presidente da Junta Metropolitana não tem legitimidade para falar em nome da instituição sem ser mandatado para o efeito», refere um comunicado da Comissão Permanente do PS/Porto, assinado pelo seu presidente, Manuel Seabra. No documento, que critica as posições assumidas por Vieira de Carvalho relativamente ao Plano de Emprego para a Área Metropolitana do Porto apresentado pelo Governo, os socialistas acusam o presidente deste órgão de não ter dado conhecimento aos restantes membros de uma reunião com o secretário de Estado do Emprego, onde foi analisado o plano.



#### Autarca laranja num crescente isolamento

Para o PS/Porto, Vieira de Carvalho encontra-se num «crescente isolamento», que poderá mesmo originar um «desagregar da solidariedade» entre os membros da Junta Metropolitana do Porto.

Os socialistas justificam o alegado «isolamento» com o facto de sete das nove autarquias da Área Metropolitana do Porto aderirem ao programa proposto pelo governo, o mesmo que foi rejeitado por Vieira de Carvalho.

As críticas ao presidente da Junta Metropolitana vieram também da JS/Porto, que o acusou de estar a «bloquear» o plano regional de emprego.

«O presidente da Junta Metropolitana quer impedir a resolução de um problema que afecta milhares de jovens na Área Metropolitana do Porto, em nome de uma estratégia pessoal e de afirmação política», referem os jovens socialistas em comunicado.





## OS AÇORES NO CORAÇÃO DA EUROPA

**P**restes a terminar a fase da pré-campanha e a começar a fase de campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, parece-me oportuno dirigir à opinião pública dos Açores algumas palavras.

Devo uma primeira mensagem de agradecimento às estruturas regionais e locais do Partido Socialista dos Açores pelo empenho e pela atenção com que programaram a minha agenda política, pelo apoio, camaradagem e amizade com que me acompanharam. Ao Partido Socialista e, muito em especial ao cabeça-de-lista socialista nestas eleições europeias, Mário Soares, um abraço de solidariedade. Tenho muita honra em me integrar numa lista encabeçada por uma personalidade como Mário Soares. Quero agradecer-lhe especialmente a sua presença nos Açores. Ao meu mandatário, Luís Paulo Alves, um particular agradecimento pela disponibilidade e pelo empenho que demonstrou em me apoiar nesta campanha.

Quero seguidamente agradecer o estímulo e a solidariedade institucional que recebi de todos quantos tive a oportunidade de contactar até agora: do senhor Presidente do Governo Regional e outros membros do Governo, do senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, do senhor Ministro da República, dos dirigentes da Administração Regional e dos autarcas com quem já reuni.

À sociedade civil, no corpo das mais variadas associações no domínio da agricultura, pescas e outras actividades económicas, do ambiente, do desenvolvimento local e regional, um muito obrigado pela disponibilidade, pelo interesse e pelo encorajamento que me dirigiram.

À Comunicação Social, escrita, radiofónica e televisiva que em todas as ilhas dos Açores por onde passei me entrevistou, me convidou para debates ou recolher depoimentos, um agradecimento sincero. À Comunicação Social cabe um papel ímpar na obtenção daquilo que elegi como tarefa fundamental na minha proposta presença nas instituições europeias: fazer chegar à voz dos Açores através das suas instituições representativas, fazer chegar aos Açores os temas e as problemáticas que aí são tratadas.

Aos açorianos cidadãos anónimos que tive a oportunidade de cumprimentar e que me fizeram chegar a sua voz, de dúvida, de cortesia ou de estímulo, um muito obrigado pela vossa simpatia, pelo vosso interesse e pela vossa amizade.

Aos candidatos propostos por outras formações políticas, uma saudação e o desejo de que prossigam a sua campanha esclarecendo e debatendo os seus pontos de vista. Pesem embora as diferenças de opinião e das opções políticas que nos separam, quero aqui reafirmar o meu empenho de colaboração com todas as vozes que se proponham defender os interesses da Região Autónoma dos Açores no Parlamento Europeu.

Permitam-me que dirija uma última palavra de apreço e solidariedade para com o mundo agrícola, cujos interesses específicos estão cada vez mais dependentes das opções europeias, aos pescadores, que enfrentam condições de trabalho que é prioritário melhorar, e aos sinistrados nas ilhas do Faial e do Pico, a quem a solidariedade europeia vai ser decisiva na reconstrução que avança agora para o terreno.

### Agenda 2000

Durante este período, ultimaram-se nas instituições europeias os documentos legislativos, aprovados na cimeira de chefes de Estado de Berlim, que vão nortear a acção das instituições europeias no domínio orçamental, agrícola, de coesão económica e social e de alargamento no período de 2000 a 2006.

Tratou-se do mais longo e duro período negocial nas temáticas orçamentais em que Portugal já esteve alguma vez envolvido.

À partida, encontramos-nos numa situação desfavorável.

Pretendia-se reformar a PAC, mantendo ou mesmo aprofundando os privilégios detidos por alguns países, mantendo situações de discriminação e abandonado para com o país que apresenta os menores índices de desenvolvimento.

Pretendia-se perverter os objectivos da coesão económica e social especialmente prosseguidos pelos fundos estruturais, redireccionando-os para os Estados mais prósperos a pretexto das suas taxas de desemprego mais elevadas ou das disparidades de indicadores produtivos que mantêm no seu território.

Pretendia-se que o imprescindível alargamento do espaço da União Europeia fosse conseguido à custa dos países mais pobres, e que o mesmo fosse sinónimo da liquefacção dos objectivos do Acto Único Europeu e do Tratado da União Política de Maastricht.

Pretendia-se ainda transformar a nossa União em algo mais próximo de uma sociedade por acções, onde contasse sobretudo o peso dos números, das contribuições, do posicionamento geográfico.

Não foi fácil fazer frente a tudo isto, manter hasteada a bandeira de uma Europa de cidadãos, de valores e de ambições.

O pacote aprovado em Berlim reconheceu o tratamento desfavorável que a PAC deu até aqui a Portugal e assinou um compromisso de dar prioridade ao nosso país em termos de desenvolvimento rural.

No domínio da carne bovina, a descida dos preços institucionais de intervenção vai ser compensada com aumentos significativos nas subvenções directas aos produtores. A reforma do leite foi adiada para 2005, sendo que as quedas de preços institucionais serão cobertas por aumentos das subvenções directas.

No domínio das quotas leiteiras deram-se as transformações mais importantes. Elas

vão permitir que a quota se adequa à produção efectiva actual e que seja criado espaço para o seu crescimento nos Açores.

Mas foi nos fundos estruturais para as regiões Objectivo 1 que registámos a mais importante vitória.

As regiões desfavorecidas de Portugal passaram de um valor médio de apoio anual por habitante no QCA de 256 euros para 348 euro.

Trata-se do valor mais elevado e da maior subida registada em toda a União Europeia.

A título comparativo, os valores respectivos para a Espanha são de 201 e 232 euros e para a Grécia são de 242 e de 286 euros. Portugal registou uma subida de 36 por cento em contraste com as subidas de apenas 15 e 18 pontos percentuais registados pela Espanha e pela Grécia.

É certo que em alguns pontos, como o estatuto para a zona de Lisboa e Vale do Tejo ou o sistema de financiamento da União, ficámos aquém do que pretendíamos, embora muito além do que eram as propostas que estavam sobre a mesa à entrada da cimeira de Berlim.

Trata-se de pontos que não têm relação directa com os Açores, cujos interesses foram salvaguardados por uma referência directa ao estatuto de região ultraperiférica consagrado no Tratado de Amesterdão.

A vitória de Portugal e dos Açores nas negociações de Berlim, não foi só uma vitória de uma diplomacia ou de um Governo, mas foi fundamentalmente uma vitória dos portugueses e, em particular, dos açorianos.

Contudo, há quem tendo primeiro reconhecido esta vitória, tente agora negá-la, em função de uma estratégia eleitoral apostada em minar a confiança dos cidadãos no futuro.

Faltam os argumentos sérios e objectivos onde sobra a estratégia do quanto pior melhor.

Deixemos quem descobriu na profecia da desgraça uma obsessão, porque o tempo não pára e ainda menos recua, e é necessário olhar em frente.

### Solidariedade nacional e estratégia de desenvolvimento

À negociação de Portugal no contexto da União Europeia segue-se agora a negociação no nosso país entre o Governo Regional e o da República, a fim de materializar a prioridade às regiões ultraperiféricas que foi decidida no plano dos princípios em Berlim.

Temos aqui a convicção de que, na repartição regional das verbas, o Governo da República não vai influenciar a linha de rumo.

Reclama o PSD que, devido a uma pretensa sub-execução das verbas comunitárias, o Governo da República deveria transferir cinco milhões de contos para os Açores.

Trata-se de uma reclamação sem qualquer sentido.

Portugal é o país, entre os 15 da União Europeia, que tem a maior taxa de execução dos fundos estruturais, e é rotundamente falso que esteja a subutilizar verbas comunitárias.

Apesar disso, Portugal já transferiu do QCA do resto do país para o QCA dos Açores, sem contar com as decisões da semana passada, 130 milhões de euro suplementares, ou seja, 26 milhões de contos, ou seja ainda, cinco vezes mais do que o reivindicado pelo PSD.

O real problema que se nos coloca, e ao qual o PSD passa ao lado, é o de que a obtenção de meios financeiros para o desenvolvimento económico de 2000 a 2006 e de condições favoráveis à manutenção do rendimento agrícola não nos pode deixar acomodados.

A agricultura, e em particular a agro-pecuária, têm que prosseguir e mesmo intensificar o trabalho para aumentar a sua eficácia e competitividade. A utilização de forma rigorosa e eficaz dos fundos estruturais é decisiva para os Açores.

Assim que passado o momento eleitoral, será necessário concentrar toda a energia neste debate que terá de mobilizar toda a sociedade açoriana.

### Poseima

A quem se propõe defender os Açores nas instâncias europeias o próximo desafio é o da renegociação do regulamento do Poseima.

A aplicação deste regulamento tem sido profundamente melhorada a nível dos comités de gestão pelo trabalho extremamente meritório do Governo Regional. Trata-se agora de consagrar no novo regulamento, o que já foi alcançado e procurar alargar o apoio a novas áreas.

Foi dito pelo Dr. Pacheco Pereira que essa negociação deveria ter sido incluída na Agenda 2000.

Em primeiro lugar, é de estranhar que essa afirmação seja feita agora quando o processo está terminado, quando a proposta da Agenda 2000 foi já proposta há mais de um ano, e essa crítica, a ser feita, só teria sentido então e não agora.

Em segundo lugar, essa afirmação revela um profundo desconhecimento das condições e dos objectivos com que foi negociada a Agenda 2000.

Foi entendimento conjunto da Comissão Europeia e de Portugal que seria negativo globalizar a discussão de dois temas onde questões essenciais para Portugal e muito em especial para as suas regiões autónomas estavam em jogo.

A separação destes dois temas foi fundamental para podermos obter os melhores resultados para as regiões autónomas na Agenda 2000 e para podermos voltar a obter os melhores resultados na discussão do Poseima.

*Continua na página seguinte*



## LIBERDADE DE EXPRESSÃO

### Continuação

A estratégia que o Dr. Pacheco Pereira defende para os Açores equivaleria a um «tudo ao molho e fé em Deus», que, caso tivesse sido posta em prática nos levaria seguramente ao Alcácer-Quibir dos nossos interesses vitais nesta negociação europeia.

A negociação do Poseima é um processo necessariamente complexo, que necessitará de um grande empenho por parte de todos para conseguir obter melhores resultados para os Açores.

À partida, as perspectivas são positivas no domínio da manutenção dos regimes de apoio à produção agrícola e de abastecimento e mesmo a sua extensão e melhoria pontuais. Espera-se o reforço de domínios como o das frutas, hortícolas e flores. Estamos otimistas quanto às possibilidades deste programa noutras áreas, como a do ambiente.

### Açúcar

O dossier do açúcar foi aquele que até agora se revelou como mais complexo, o regulamento existente condiciona a utilização da capacidade instalada da única unidade fabril existente nos Açores a valores que tornam difícil a sua rentabilização.

Na ausência de uma quebra significativa de preços do açúcar ao consumidor açoriano, a manutenção e desenvolvimento da produção de beterraba aparece como objectivo primordial de todo o esforço que tem sido feito para apoiar a produção de açúcar. Esta produção, porém, tem apresentado uma tendência para a diminuição, o que torna a negociação deste tema mais complicado. Por outro lado, a diminuição

do consumo de açúcar pela indústria e consumo doméstico dos Açores, bem como a concorrência acrescida, em larga medida resultante da abertura de novos espaços comerciais e do abaixamento do custo dos transportes, tudo isto acompanhado por um afundamento do preço do açúcar nos mercados mundiais, coloca cada vez mais pressão sobre a indústria tradicional de produção de açúcar.

O facto de o Governo Regional ter conseguido obter o aumento da subvenção à refinação de açúcar de beterraba 10 para 17 euros os 100 kg e aumentado os apoios à produção de beterraba e o facto de a Associação Agrícola de S. Miguel ter concluído com a Sinaga um acordo para aumentar a produção de beterraba abrem no entanto novas perspectivas muito positivas neste domínio.

Foi já possível obter o compromisso por parte das autoridades comunitárias de velar por um aumento da quota que têm concedido aos Açores em consonância com o aumento da produção de beterraba. Este conjunto de circunstâncias afasta claramente qualquer cenário de crise, e permite encarar o futuro de forma positiva.

### Linhas da campanha

No próximo dia 31 iniciarei a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, simbolicamente, no ponto mais ocidental da Europa, a ilha das Flores.

A visão da Europa deste seu extremo ocidental não é seguramente equiparável à que dela se tem a partir das suas capitais continentais ou da sua actual fronteira junto aos novos espaços de alargamento, e é esse o contributo específico fundamental

que me proponho trazer para os aréopagos das instituições europeias.

A defesa de uma visão da Europa própria aos Açores não exclui, mas antes implica uma visão europeia partilhada pelos Açores.

Nessa visão europeia, quero aqui declarar o meu apoio explícito a alguns dos pontos fundamentais porque se têm batido os socialistas europeus.

Em primeiro lugar, a coesão económica e social. Se é verdade que a política europeia de coesão tem escolhido como método o apoio ao desenvolvimento de acordo com o princípio da subsidiariedade, e que esse método tem provas dadas em países como o nosso, não é menos verdade que o fim último dessa política é o da elevação dos níveis de vida dos que se encontram abaixo da linha de pobreza europeia, onde quer que eles se encontrem, e é principalmente em função deste parâmetro que deve ser avaliada.

Em segundo lugar, a igualdade de oportunidades. Deve-se procurar dar a todos as melhores condições para que possam desenvolver plenamente as suas capacidades e se possam integrar na sociedade em que vivem.

Em terceiro lugar, a solidariedade com aqueles países que se propõem integrar no espaço a que pertencemos, e com todos os que lutam pelo respeito dos direitos humanos. Neste esforço de solidariedade, compete-nos a nós contribuir para que não seja esquecida a vertente atlântica da cooperação externa.

Apoiar os esforços que o Governo Regional tem desenvolvido nesta matéria, particularmente junto dos EUA, do Brasil e de Cabo Verde é aqui a prioridade.

Acima de tudo, interessa fazer com que a voz dos Açores seja ouvida nas melhores condições junto das instituições europeias, e que os debates europeus possam aqui chegar nas melhores condições.

Aqui, senhores jornalistas, devo salientar de novo que o vosso papel é fundamental e insubstituível.

Se há uma promessa que posso fazer nesta campanha é a de que nunca me verão chegar aos Açores culpar as instituições regionais por não terem informado convenientemente os açorianos sobre as matérias que foram debatidas e decididas no Parlamento Europeu.

Como já declarei várias vezes, o nosso principal adversário neste acto eleitoral é a abstenção. Deputados eleitos na indiferença da esmagadora maioria dos seus eleitores terão dificuldades acrescidas em se fazer ouvir quando reclamarem a defesa dos interesses do seu eleitorado.

Os Açores estão no coração da Europa e a Europa está no coração dos Açores. Apelo por isso ao voto de todos nas eleições de 13 de Junho.

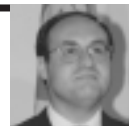
À nossa frente, temos uma opção clara. De um lado, temos um deputado que pensa que a projecção em vídeo da sua imagem nos Açores chega para estes o conhecerem, e que a imagem em vídeo dos seus colegas de partido nos Açores lhe chega a ele para conhecer as nossas ilhas. Do outro lado, temos a figura emblemática do Portugal democrático e europeu, o Dr. Mário Soares.

Para o prestígio de Portugal e a defesa dos Açores na União Europeia a opção é, necessariamente, votar no PS.

Intervenção de no Congresso da JS/Açores

## PERSPECTIVA

António Vitorino



# SEM RECURSOS A UNIÃO NÃO TEM FUTURO

**H**á termos que em política não casam bem. Eleições e impostos são dois deles. E contudo não há tema mais estreitamente ligado à génese do parlamentarismo, da democracia representativa de base electiva do que o exercício do poder tributário. Desde a longínqua Magna Carta ao grito de revolta das colónias americanas, culminando nos poderes orçamentais dos parlamentos nacionais e do próprio Parlamento Europeu.

É por isso bom sinal que o tema seja discutido nestas eleições europeias por iniciativa do dr. Mário Soares. Até porque não há debate mais relevante para o futuro da União do que o dos recursos próprios. Se quisermos que ela tenha futuro, claro está!

A dinâmica dos recursos próprios da União tem sido profundamente alterada nos últimos oito anos. Os recursos tradicionais (direitos alfandegários e agrícolas em geral) passaram de 22 por cento dos recursos próprios, em 1992, para 15 por cento previstos para 1999, e a contribuição com base no IVA passou de 61,6 por cento do total, em 1992, para cerca

de 33 por cento em 1998. O que significa que têm vindo a ganhar um peso crescente as contribuições dos Estados-membros com base no PNB nacional de cada um. Esta evolução apresenta vantagens e desvantagens.

A vantagem é que a perda de peso relativo do IVA (hoje o «mais europeu» dos impostos) corresponde à diminuição da relevância de um recurso na essência pouco equitativo (porque pesa mais sobre os países com forte consumo e fraca poupança, o que põe em causa a equidade do sistema de financiamento, além de suscitar problemas complexos de harmonização da sua própria base de tributação) e aumenta o peso do recurso PNB, que é mais equitativo, embora se defronte com crescentes dificuldades políticas na fixação de «plafonds» das transferências com base no PNB.

Mas a desvantagem desta evolução decorre de progressivamente nos estarmos a afastar de uma lógica de financiamento específica do projecto de integração, que foi uma das originalidades dos primórdios comunitários, em

benefício de um sistema de financiamento que recoloca os Estados-membros numa posição decisiva quanto à definição relativamente casuística dos recursos da União, mais em função de políticas nacionais do que das exigências da integração europeia.

Neste contexto, as exigências do mercado interno e do euro, o esforço determinado pelos alargamentos a Leste, as crescentes responsabilidades da União no domínio da política externa e de segurança comum postulam, a um prazo não muito longo, a necessidade de reapreciar de raiz as regras sobre os recursos próprios da União, o limite da despesa comunitária bem como a sua estrutura interna, pondo termo à desproporção resultante do peso excessivo da despesa agrícola.

Este exercício «refundador» não pode ser levado a cabo sem uma análise criteriosa das condições de equidade que devem presidir à definição dos recursos próprios, o que exigirá considerar como critério central das relações financeiras entre os Estados e a União o critério da prosperidade nacional, não apenas decorrente de impostos sobre o consumo, ou

de contribuições com base em percentagens fixas do PIB nacional, mas também em função das relevantes diferenças do PIB «per capita» entre os vários Estados, questão essencial para a salvaguarda da coesão económica e social da UE.

Este caminho não passa forçosamente por um «imposto europeu», mas antes por um sistema mais vasto, de progressiva harmonização fiscal à escala europeia no tocante mesmo aos impostos ditos nacionais, bem como de conjugação de recursos fiscais com contribuições nacionais equitativas e que comportem crescentes margens de manobra para conduzir políticas redistributivas, quer no plano económico quer no plano social.

Como se vê, a precisão ainda vai no adro e o problema é complexo. Mas o simples aflorar da ideia já levantou uma vozeria mais ditada por razões eleitorais do que pelo rigor da necessidade de enfrentar este problema. Esta iniciativa do dr. Mário Soares cria as condições para fazer destas eleições uma boa oportunidade para abrir entre nós um debate inadiável no plano europeu.

In «Expresso»

ELEIÇÕES

José Conde Rodrigues

## É PRECISO RENOVAR A EUROPA!



**P**ara além do efémero em que se traduzem as pequenas diferenças de mais uma campanha eleitoral, valerá a pena apostar no que fica. Ou seja, é preciso aproveitar as eleições europeias de 13 de Junho próximo, para dar uma nova chama ao projecto europeu. Podemos questionar o seu modelo político, económico e social, mas devemos manter o seu sentido último: a busca da paz e solidariedade entre os europeus, tendo por fundo a diversidade histórica e cultural.

Assim, e desde logo, é fundamental prosseguir o desenvolvimento de Portugal no quadro europeu. É preciso consolidar uma Europa para os cidadãos com mais crescimento económico e emprego, mais segurança e igualdade de oportunidades para todos. Devemos lutar por uma Europa renovada.

Portugal está hoje na primeira linha da construção europeia, reforçando também desse modo a sua presença nos países a que nos ligam especiais laços históricos, em África, Ásia e América.

Portugal faz parte do núcleo central que assegura a condução política da União Europeia, participando nos mecanismos económicos e monetários mais avançados e exigentes.

Nos últimos anos Portugal soube organizar-se a fim de atingir os objectivos nacionais que muitos julgaram acima das suas possibilidades.

De facto, os últimos anos revelaram o dinamismo da economia portuguesa, a expansão da produção, do investimento, do consumo e do emprego. Portugal cresceu sempre acima da média comunitária, o que permitiu que nos aproximássemos, de facto, da riqueza média

europeia.

Porém, Portugal necessita ainda de mobilizar todos os recursos da sua iniciativa e responsabilidade para que se cumpra, no primeiro quartel do século XXI, o grande desígnio de fazer do país uma primeira frente atlântica europeia, uma nova centralidade na relação da Europa com a economia global. Tal permitirá oferecer aos portugueses oportunidades culturais, económicas e sociais e condições de vida idênticas às dos cidadãos da Europa desenvolvida.

Os excelentes resultados para Portugal, alcançados nas negociações da Agenda 2000, justificam um razoável optimismo relativamente à trajectória do desenvolvimento nacional.

Entretanto, o critério de concentração geográfica das transferências comunitárias agora acordadas, implicará uma maior equidade na distribuição dos recursos. Decorre desta concentração das transferências que as regiões portuguesas menos prósperas vão contar com verbas muito significativas, destinadas exclusivamente a promover o seu desenvolvimento mais harmonioso. Aqui importará ter em conta a situação especial do Vale do Tejo que deverá beneficiar da ajuda suplementar do Fundo de Coesão.

Mas uma Europa renovada só pode existir com e para os cidadãos. É para eles que a União Europeia foi criada, para lhes proporcionar um elevado nível de progresso e bem-estar. E os portugueses conhecem bem o sentido da cidadania europeia. O nosso país mudou radicalmente desde a nossa integração na CEE, em 1986. O mercado único é uma etapa, mas não a meta. Os cidadãos deverão continuar a ser a prioridade. A construção europeia deve

servir um ideal de justiça e coesão económica, de estabilidade, paz e progresso social dos diferentes cidadãos.

A prioridade aos cidadãos implica, necessariamente, dar a prioridade ao emprego. É preciso defender a concretização de um pacto europeu para o emprego, com políticas à escala europeia que acrescentem eficácia às políticas nacionais de combate ao desemprego. Os jovens em busca do primeiro emprego e os desempregados de longa duração devem merecer uma atenção especial e precisam, por isso, de programas específicos adaptados à sua situação. A interdependência das economias torna imprescindível a construção gradual de uma estratégia comum de crescimento, apoiada no consumo e no investimento, e viabilizada por uma estratégia comum de crescimento, apoiada no consumo e no investimento, e viabilizada por uma coordenação mais estreita das políticas económicas. Por outro lado, só podemos falar em verdadeira coesão económica e social se o território for igualmente considerado no seu desenvolvimento.

Desenvolver as nossas cidades de modo sustentável. Apoiar a requalificação urbana. Promover uma correcta gestão do território e defender políticas e investimentos nessas áreas, deverão constituir o trabalho futuro na Europa. Uma Europa das cidades, enquanto espaço de memória e futuro dos seus cidadãos. Queremos também uma Europa onde o urbano e o rural se equilibrem em harmonia. Criar condições para projectos de vida fora das cidades, preservar a paisagem rural, salvaguardar a agricultura, são objectivos indissociáveis de um novo projecto para o mundo rural. Por-

tugal precisa dos seus agricultores. Portugal está a acompanhar a reforma da Política Agrícola Comum, atento aos interesses nacionais. Vamos ter mais apoios para o rendimento dos agricultores, mais apoios aos jovens no meio rural, mais investimentos na vinha, nos cereais e nos horto-frutícolas.

Cada vez mais a qualidade do ambiente está associada a uma correcta utilização dos solos, ao uso regrado das novas tecnologias, bem como à adequada preservação dos nossos aquíferos. Devemos lutar na Europa pela qualidade do nosso ambiente.

Só que, para prosseguir estes objectivos, a União Europeia precisa de instituições democráticas e funcionais. A reforma das instituições constituirá um imperativo, mas não deve ser feita à custa do peso relativo de cada Estado-membro. O Parlamento Europeu, ao qual o Tratado de Amesterdão confere poderes acrescidos, deve simplificar o seu funcionamento e reforçar a sua ligação aos parlamentos nacionais. A Comissão Europeia deve reformar as suas estruturas, ser mais transparente e responsável pelas suas políticas. O Conselho deve alargar tanto quanto possível o recurso às decisões por maioria qualificada.

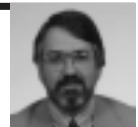
Em suma, renovar a Europa, dando-lhe um novo fôlego, deverá ser a tarefa de todos os portugueses. Estar na Europa de corpo inteiro, defendendo os nossos interesses, mas também participar activamente nas decisões que dizem respeito aos outros. Só esta postura fará de nós um povo cada vez mais respeitado no concerto dos restantes Estados-membros. Afinal, devemos estar na vanguarda da nossa Europa.

\*Candidato do PS ao Parlamento Europeu

ELEIÇÕES

Arnaldo Gonçalves\*

## AS EUROPEIAS E A ABSTENÇÃO



**A**poucas semanas das eleições europeias é já possível traçar algumas ilações sobre o estado de relativa apatia e desinteresse com que o eleitorado tem acompanhado o debate dos candidatos e que se irá reflectir - a menos que algo de substancial aconteça - na manutenção da tendência de subida da abstenção, a qual há cinco anos atingiu os 60 por cento. A primeira é que as principais forças políticas ao aceitarem reduzir o debate político à fulanização dos candidatos e à gestão das simpatias irracionais dos eleitores, sacrificaram o valor acrescentado que o mesmo poderia aditar em termos de novas ou reformuladas ideias para a Europa, quando o processo da sua construção patina e derrapa perante as inconsequências dos europeus, de que é caso clamoroso a questão do Kosovo. Só Mário Soares - há duas semanas - avançou com a ideia de um imposto europeu para sustentar uma credível e séria política de segurança e cooperação comuns, a qual passa - inapelavelmente - pela criação de um comando militar unificado e pela constituição, sob formatos alternativos em aberto, de um exér-

cito europeu.

A ideia, não necessariamente nova mas fundamental, esvaiu-se no clamor de acusações de despesismo e intenções maquiavélicas de aumento de impostos dirigidas ao PS, por parte quer de PSD quer do PP. Dada a sensibilidade da temática em termos eleitorais nacionais acabou sacrificada.

Sobre as outras questões fundamentais para o futuro da Europa: o aumento dos poderes da Comissão e a questão do seu funcionamento, o financiamento da edificação europeia, o aprofundamento da política de segurança e defesa comuns, o alargamento a Leste, a Agenda 2000, a situação dos refugiados e de minorias étnicas nalguns países europeus - nada tem sido dito, o que evidencia a pobreza do debate.

A segunda ilação é que Mário Soares e a lista do PS sairão, ao que tudo o indica, vencedores já que passado um primeiro momento de interesse e colagem da opinião pública à novidade do discurso e liderança de Durão Barroso, o eleitorado querará manter uma continuidade no sentido de voto em relação ao PS e à Nova Maioria, que não vê razão para mo-

dificar, guardando lá para diante - para o fim do Verão - a decisão de uma alteração ou não do mesmo.

Parece aliás previsível que a margem de separação entre PS e PSD, em termos de intenções dos eleitores, medidas nas sondagens, aumentará depois da aproximação sentida nas últimas semanas.

Queremos com isto dizer que o eleitorado dará a vitória à lista do PS nas europeias não por se sentir convencido com as propostas do PS em detrimento das demais, não por qualificar a mesma melhor que as listas de candidatos apresentados por outros partidos, mas porque a imagem que tem de Mário Soares e da lista do PS é como que uma projecção holográfica da imagem de António Guterres e do Governo do PS, que favorece ainda muito positivamente.

A terceira ilação é que as europeias não serão, ao contrário do que projectavam muitos observadores e analistas políticos, uma *primária* das legislativas, mas eleições com um direccionamento exterior, de que a maioria dos eleitores duvida a utilidade e questiona o interesse. A Europa continua a significar para

grande parte do eleitorado português, a origem e fonte dos fundos estruturais de que pode beneficiar directamente, das grandes obras de construção de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e outras que o País carece, mas que não tem dimensão sozinha para prosseguir.

O jogo político que envolve é algo que lhe fica distante, que o deixa profundamente desinteressado, já que no seu entender pouco significa para os problemas, dificuldades e opções do seu dia a dia.

Será possível inverter a subida desta tendência abstencionista?

Como escrevia o José Manuel Fernandes no *Público* há tempo para os políticos perceberem que os eleitores saibam distinguir os diferentes actos eleitorais e gostaria de poder escolher, em consciência, entre diferentes projectos para Europa e não apenas votar suspeiando que estão a escolher entre candidatos a quatro anos de repouso em Estrasburgo e Bruxelas.

O PS tem uma responsabilidade fundamental nessa mudança de atitude.

\*Professor Universitário



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Festas em Abrantes**

Entre os dias 5 e 14 deste mês Abrantes viverá mais uma edição das Festas da Cidade.

Esta iniciativa atraindo, anualmente, à Esplanada 1º de Maio, mais de 250 mil pessoas, que assistem nas várias actividades desenvolvidas neste período, entre as quais a Feira de Artesanato (XVII edição) e a Feira da Flor (X edição).

**Fanfarras em Albufeira**

O VI Festival de Fanfarras dos Bombeiros do Algarve realiza-se no sábado, dia 5, em Albufeira, com a participação de uma dezena de agrupamentos de norte a sul do País.

Para além da fanfarras anfitriã, participam no evento as suas congéneres algarvias de Portimão, Olhão, Faro e Vila Real de Santo António e ainda dos bombeiros voluntários da Amadora, Alcácer do Sal, Alcanena, Moura e Minde.

Assim, a partir das 18 e 30, as fanfarras presentes desfilarão pelas principais artérias da cidade rumo às Areias de São João, onde decorrerá a exibição conjunta dos agrupamentos participantes.

**Ciência em Angra do Heroísmo**

A segunda edição da Feira Ciência e Tecnologia 2000 dos Açores decorre de 6 a 12 de Junho em Angra do Heroísmo. Promovida pela presidência do executivo açoriano, através da assessoria para a Ciência e Tecnologia, a feira conta com os patrocínios da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e de diversas empresas.

**Discos em Cascais**

«Disto e Daquilo» é o título da III Feira do Disco Barato, que a Câmara Municipal promove este fim-de-semana, no Jardim Visconde da Luz, numa iniciativa aberta ao público em geral e colecionadores.

A feira funcionará amanhã, das 18 às 1 hora, no sábado, dia 5, entre as 14 e a 1 hora, e, finalmente, no domingo, dia 6, das 14 às 22 horas.

**Música em Coimbra**

O ciclo de espectáculos de animação de rua programados para as «Noites de Verão» já começou.

O programa inclui concertos de música ligeira, popular e pop-rock e jazz, animando a cidade até Setembro.

Mostrar algumas profissões tradicionais genuinamente portuguesas é a intenção dos organizadores de uma exposição-feira de artesanato, inaugurada hoje e que permanecerá patente até domingo, na vila

de Ceira. Cesteiro, colheiro, latoeiro, oleiro, tanoeiro, tamanqueiro, a teceadeira, bordadeira, rendeira e paliteira são alguns dos artífices que vão expor os seus produtos e mostrar como eles se fazem.

No âmbito da «CeirArte» realiza-se também a IV Mostra de Gastronomia de Ceira, onde os visitantes podem saborear as especialidades da localidade.

Um desfile de bandas filarmónicas pela vila de Ceira e um leilão de ofertas a favor do Centro de Dia encerrarão a feira, no dia 6.

**Encontros em Guimarães**

A partir de amanhã e até ao dia 12, decorrem os festivais de teatro Gil Vicente, com mostras na cidade, noutras localidades, da modalidade amadora e para infância.

Os X Encontros da Primavera terminam no sábado, dia 5, mas até lá pode ainda apreciar a exposição de filatelia «História da Música Contada em Selos, de Manuel Campos Costa, no Paço dos Duques de Bragança.

Amanhã assista, pelas 22 horas, o mesmo local ao recital de violoncelo e piano a cargo de János Starker e Bárbara Dória, respectivamente.

Por fim, ainda no Paço dos Duques de Bragança, pelas 22 horas, desfrute de mais um recital de piano, desta feita interpretado por Sequeira Costa.

**Dança em Lisboa**

Até à próxima quarta-feira, dia 9, a Sala de Ensaio do Centro Pedagógico do Centro Cultural de Belém será palco para um espectáculo de dança intitulado «Vendido» («Sold», no original).

O evento dirige-se especialmente ao público jovem, estando a cargo da Ludus Dance Company (Reino Unido) e sendo coreografado por Yael Flexer e Rachel Krische.

Amanhã e nos dias 8 e 9, o espectáculo, com duração aproximada de uma hora, realiza-se pelas 11 horas. No domingo, dia 6, os dançarinos subirão ao palco meia hora mais tarde.

«Inter/rail», uma peça de Abel Neves, estará em cena, no Teatro de Pesquisa da Comuna até ao dia 13.

**Rock em Matosinhos**

A vitória na final do Festival Rock de Matosinhos'99 será disputada, este sábado, dia 5, pelos vencedores das eliminatórias, num palco que será montado junto ao monumento ao Pescador.

**Expo em Miranda do Corvo**

No âmbito da IX Expo-Miranda realiza-se hoje um concerto com a Orquestra Broadway.

Amanhã será a vez de ouvir Santa Maria e preparar o espírito para as actuações no

sábado, dos Ritual Tejo e dos Pólo Norte. No domingo, dia 6, a Expo-Miranda despede-se com a apresentação da Orquestra Espanhola Carmin.

**Ecoalgarve em Portimão**

No domingo começam as V Jornadas de História Ibero-americanas, a decorrer no Hotel Alvor Praia.

A I Feira do Ambiente do Algarve - «Ecoalgarve» - decorre até à terça-feira, dia 8, no Parque da Juventude.

«Anne Frank - uma História para hoje» é o título da mostra patente, até ao dia 13, na Sala de Exposições Temporárias do Museu.

**Livros em Santo Tirso**

A XIII Feira do Livro de Santo Tirso decorre até ao próximo domingo, dia até dia 6, na Praça do Município da cidade.

A iniciativa cultural, que teve 40 mil visitantes na edição do ano passado, vai contar com a presença de cerca de três dezenas de editores e livreiros nacionais.

A organização programou, tal como em anos anteriores, e «para animar a feira», actuações musicais diárias de grupos do concelho.

No sábado actuará o conjunto musical da Casa do Povo Rio Vizela, estando prevista para domingo a presença no evento da Banda Xara.

Hoje será uma «Tarde de Estrelas», com a presença em palco de jovens cantores da cidade.

Nos últimos três dias (4, 5 e 6) actuam, respectivamente, o Rancho Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida, o Galandum Galandaina, que interpreta música tradicional mirandesa, e a cantora Célia Marlene.

**Cinema em Valença**

Se ainda não foi ver o filme que deu três Óscares da Academia ao realizador italiano Roberto Benigni, deixando-lhe o corpo «em tumulto», então não perca mais tempo e vá, ainda hoje, ao Cine-Ibéria.

Ténis

**TORNEIO LUÍS JACOB '99**

4 de Junho, 9 horas

Escalões: infantil e júnior

Complexo Desportivo Municipal

Vila Real de Santo António

SUGESTÃO

**FESTRÓIA '99**

Uma centena e meia de filmes provenientes dos quatro cantos do mundo, uma mostra do novo cinema holandês, os «Independentes americanos» e a presença de Francesco Rosi são alguns dos atractivos do Festróia '99.

A XV edição do Festival Internacional de Cinema de Tróia, que abre hoje, em Setúbal, prolongando-se até ao dia 12, apresenta-se este ano com 50 filmes a concurso nas diversas secções competitivas: Secção Oficial (15 filmes) Primeiras Obras, Independentes Americanos e O Homem e a Natureza.

De referir ainda seis antestreias (extra-concurso), a começar logo hoje com «O Plano», de Sam Raimi, um conjunto de curtas-metragens em que também se inclui o cinema realizado numa escola de cinema israelita, e uma mostra do cinema português do último ano, em que se incluem filmes como «Tentação», «Os Mutantes» e «Anjo da Guarda». Na secção oficial de competição participam apenas filmes de países com uma produção anual inferior a duas dezenas de filmes por ano. Essa é, aliás, a principal característica do Festróia, e a que contribuiu, decisivamente, para que o festival seja reconhecido internacionalmente.

O vencedor do certame receberá o Golfinho de Ouro, cabendo o Golfinho de Prata aos vencedores do prémio especial do júri, melhor realizador, melhor interpretação masculina e feminina, melhor argumento e melhor fotografia.

**POEMA DA SEMANA**  
Seleção de Carlos Carranca  
**Viagem**

É o vento que me leva.  
O vento lusitano  
É este sopro humano  
Universal  
Que enfuna a inquietação de Portugal.  
É esta fúria de loucura mansa  
Que tudo alcança  
Sem alcançar.  
Que vai de céu em céu,  
De mar em mar,  
Até nunca chegar.  
É esta tentação de me encontrar  
Mais rico de amargura  
De me procurar...

Miguel Torga  
Diário XII, pág. 9

ÚLTIMA COLUNA

Joel Hasse Ferreira



## A EUROPA, A ECONOMIA E O FUTURO

**E**spantam-se alguns comentaristas superficiais ou pouco sérios com a aparente contradição entre os números difundidos pelo Banco de Portugal e pelo Ministério das Finanças sobre o crescimento económico previsível para Portugal. Outros especulam com o valor da inflação que estaria a pôr em risco a segurança do caminho da nossa economia. Ainda há quem se manifeste surpreendido com a questão da retenção do IRS na fonte. Sobre a questão do IRS, convém que fique claro o seguinte. Para diversos sectores da população, nomeadamente de baixos rendimentos, o Orçamento de Estado para 1999 estabeleceu uma redução da tributação do IRS. Essa redução foi obtida pela conjugação do processo de alteração das deduções com a redução dos valores das taxas a aplicar para os mais baixos rendimentos. Imediatamente, se começou, no início do ano de 99, a traduzir esse montante nas variações dos valores das retenções do IRS. Coisa diferente é a necessidade de aperfeiçoar o instrumento legal que tipifica as regras

aplicáveis, o que sendo necessário, não seria tão urgente. Quanto à inflação, importa referir que a pequena subida verificada não põe em causa a justeza da política de evolução económica e financeira conduzida pelo nosso Governo. O que importa é mantê-la em limites razoáveis, compatíveis com o ritmo de crescimento económico que desejamos para o País (um dos ritmos mais elevados da Europa, nos últimos anos) e de forma que não afecte o poder de compra dos portugueses, nomeadamente dos que vivem exclusiva ou essencialmente do seu trabalho. Entretanto, a taxa de desemprego continua a descer no nosso país enquanto na União Europeia, as propostas de Guterres de um maior empenhamento da Europa na questão do emprego fazem caminho. A questão do Emprego está agendada para a Cimeira de Colónia e prevê-se que até à presidência portuguesa (no 1º semestre de 2000) se verifiquem significativos avanços na consolidação e concretização de uma Estratégia Europeia para o Emprego, que tenha em conta os

diferentes Planos Nacionais apresentados. Neste contexto e verificando-se uma desaceleração moderada do crescimento nas economias europeias, é de prever que não seja possível sustentar em Portugal taxas de crescimento muito mais elevadas que as médias da União. Em qualquer caso, as diferenças de estimativas entre as previsões dos diferentes organismos nacionais e europeus quanto ao crescimento económico português são pouco significativas. Em suma, continuamos a trabalhar num horizonte de elevado nível de emprego, de inflação controlada, de défice e dívida pública reduzidos, de juros baixos e de crescimento económico significativo. Não é um oásis, mas é evidentemente uma situação muito positiva. Assim, o fim da guerra nos Balcãs permite retomar o caminho da paz e reforçar a União Europeia, aprofundando a sua unidade política, garantindo a sua coesão social, alargando-a para leste, fazendo com que os cidadãos da Europa se apropriem do seu futuro.

«A prova de que a voz de Mário Soares é a única ouvida na Europa é o facto de nesta campanha a oposição só falar precisamente de Mário Soares»  
**António Guterres**  
*Diário de Notícias, 1 de Junho*

«O Alberto João Jardim ao pé de Mário Soares é um fedelho, um anão»  
**Carlos Candal**  
*Público, 22 de Maio*

«É preciso impedir que se consolide um governo global com sede nos EUA, decidido a impor a sua vontade, a sua a lei e os seus interesses egoístas a todo o planeta»  
**Alfredo Barroso**  
*Expresso, 29 de Maio*

«Eu sou uma apaixonada pela água e o Atlântico me comove»  
**Maria Bethânia**  
*RTP 1, 30 de Maio*

«O PSD não anda a dizer que as laranjas murcharam»  
**Vitalino Canas**  
*Semanário, 29 de Maio*

Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director:  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88, ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz